



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM - RS**

**Ref. Impugnação
Concorrência Pública 02/2023**

VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.921.499/0001-32, estabelecida à Av. Fernando Ferrari, n.º 1.567, Goiabeiras, Vitória/ES, endereço eletrônico sitevitorialuz@gmail.com, telefone 27-2142-4557, por seu representante legal (**Doc. 01**), vem, à elevada presença de V. Exa., apresentar

IMPUGNAÇÃO

Ao Edital de Concorrência Pública Nº 02/2023, tornado público pelo Município de Campo Bom/RS, requerendo, desde já, seu acolhimento e provimento, o que faz pelas razões adiante expostas.

1. Da tempestividade da referida impugnação

O município de Campo Bom/RS lançou o edital de Concorrência Pública Nº 02/2023, (**Doc. 02**) cuja abertura está prevista para o dia 12.04.2023, e cujo objeto se trata de “contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no município de campo bom – rs”.

Conforme Item 10 do referido edital:

*10.1. Eventuais impugnações e pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser encaminhados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da abertura do certame, **observando os §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93** e deverão ser, exclusivamente, protocolados através do sistema de protocolo do município, sendo este acessado através do site (www.campobom.rs.gov.br) na aba protocolo, após “protocolos licitações/compras”, devendo conter a indicação do Procedimento licitatório. (Grifo nosso)*



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

Assim, conforme Art. 41 da Lei 8.666/93:

*§ 2o Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o **licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência**, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Grifo nosso)*

Dessa forma, considerando a data de abertura do dia 12.04.23, o segundo dia útil que antecede a data da licitação é o dia 10.04.23, portanto, tornando essa peça **tempestiva**.

2. Breve síntese dos fatos

O Município de Castelo lançou edital supracitado, cuja data de abertura está para o dia 12.04.2023. A ora impugnante, empresa com vasta experiência nos serviços de iluminação pública e em participação de certames licitatórios, interessada em participar da Concorrência em questão, observou a ocorrência de irregularidades que viciam o edital impugnado e que devem ser extirpadas a fim de que seja cumprida da legislação de regência, como passa a demonstrar.

3. Da ilegalidade inserida no Item 7.1.4.a.1 e 7.1.4.b.4: exigência de Engenheiro Agrônomo com atestado em Poda de árvores.

O Município de Campo Bom, em sua Qualificação Técnica solicitou o seguinte item:

7.1.4. Documentação Relativa à Qualificação Técnica:

a) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA a.1) Certificado de Registro Profissional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante, profissional Engenheiro Eletricista, profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho e **profissional Engenheiro Agrônomo e/ou Ambiental em função**



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

da execução de podas e abates de árvores, no caso dos responsáveis não constarem no certificado Registro de Pessoa Jurídica

[...]

b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, complexidade tecnológica, qualidade, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de, no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, comprovando:

[...]

b.4) execução de serviços de poda e supressão de vegetais, sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo ou Ambiental indicado.

De forma a tornar o processo de licitações um ato baseado nos Princípios da Legalidade e da Isonomia, A Lei 8.666/93, prevê quais tipos de documentos podem ser solicitados, dentre eles, para a Qualificação Técnica, a lei disserta que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

*de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, **limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação**, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;*

Dessa forma, de forma a obedecer o Princípio da Legalidade, a Administração poderia exigir qualquer item de qualificação técnica, **desde que**, elas estivessem limitadas às **parcelas de maior relevância e valor significativo** do objeto da licitação.

Ora, em minuciosa análise ao Objeto dessa Concorrência, vemos que, em parte alguma, é mencionado o serviço de Poda de Árvores, conforme transcrito a seguir: ***“contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no município de campo bom”***. Assim, o serviço se limita a serviços de Manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de Iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais. Porém, se isso não bastasse para **confirmar a não relevância técnica** dos itens 7.1.4.a.1 e 7.1.4.b.4, ainda podemos analisar a Planilha Orçamentária (**Doc. 03**) disponibilizada pelo município.

Orçamento Sintético	
Descrição do Item	
1. Mão-de-obra	
1.1. Eletricista Turno dia	
1.2. Eletricista Turno noite	
1.3. Motorista Turno Dia	
1.4. Motorista Turno Noite	
1.5. Eletrotécnico Turno dia	
1.6. Auxiliar de eletricista Turno dia	
1.7. Eng Eletricista	
1.8. Eng seg trabalho	
1.9. Vale Transporte	
1.10. Vale-refeição (diário)	



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

Quantitativos				
Mão-de-obra				Quantidade
1.1. Eletricista Turno dia				3
1.2. Eletricista Turno noite				1
1.3. Motorista Turno Dia				2
1.4. Motorista Turno Noite				1
1.5. Eletrotécnico Turno dia				1
1.6. Auxiliar de eletricista Turno dia				1
1.7. Eng Eletricista				1
1.8. Eng seg trabalho				1
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)				11

1.7. Eng Eletricista

Discriminação	Unidade	Quantidade
Piso da categoria	mês	1
Horas Extras (100%)	hora	
Horas Extras (50%)	hora	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$	
Adicional de periculosidade	%	30
Soma		
Encargos Sociais	%	46,32
Total por Coletor		
Total do Efetivo	homem	1

Fz

1.8. Eng seg trabalho

Discriminação	Unidade	Quantidade
Piso da categoria	mês	1
Horas Extras (100%)	hora	
Horas Extras (50%)	hora	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$	
Adicional de periculosidade	%	0
Soma		
Encargos Sociais	%	46,32
Total por Coletor		
Total do Efetivo	homem	1

Observe que, **nenhum dos itens** que compõem a composição dos preços da licitação é mencionado Engenheiro Agrônomo, ou mesmo material/serviço para Poda de Árvores. Ora, como então pode o Município exigir que a empresa apresente tal comprovação técnica, se, nem mesmo ela, prevê o recurso para pagar tais profissionais e serviços? Tal ato **fere, gravemente**, o Princípio da Legalidade, tendo de ser extirpado tal erro de forma imediata.

- Da ilegalidade inserida no Item 7.1.4.c.1 exigência prévia de profissionais que executarão os serviços.



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

O Município de Campo Bom, em sua Qualificação Técnica solicitou também o seguinte item 7.1.4:

c) comprovação de cursos:

c.1) Comprovação de cursos NR-10 – Segurança – Eletricista de Instalações Elétricas de Alta e Baixa Tensão;

c.2) Comprovação de cursos NR-11 - Operação de Guindauto e movimentação de carga;

c.3) Comprovação de cursos NR-35 - Trabalhos em altura.

A comprovação se dará através de declaração da empresa contendo os nomes dos profissionais que executarão os serviços, juntamente com os Certificados dos Cursos.

Em análise minuciosa a Lei de Licitações, 8.666/93, observa-se, claramente, que é VEDADO, a exigência prévia de propriedade de MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, PESSOAL TÉCNICO, conforme destacado:

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, **vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.**

Ora, nesse entendimento, a prefeitura pode solicitar aos licitantes que apresentem declaração formal que apresentarão, **após declarado vencedor**, pessoal especializado, máquinas, veículos e afins, porém, **em hipótese alguma**, pode exigir que tais itens já façam parte do corpo da empresa. Nesse sentido, é clara a Lei quanto ao Princípio da Isonomia, pois uma empresa COMPROVA SUA CAPACIDADE, através dos ATESTADOS TÉCNICOS



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

solicitados, e não, por possuir, já de antemão a contratação, todo o pessoal e equipamento mobilizado!

Manter todo um rol de funcionários e equipamentos geraria um custo absurdo para uma empresa, porém, ao se firmar um contrato com a Administração Pública, a empresa passará a ter todas as formas de arcar com os custos, podem, de fato, fazer a mobilização conforme solicitado pelo edital.

Ainda assim, corroborando com todo o exposto anteriormente, exigências editalícias **extremamente similares já foram julgadas IMPROCEDENTES pelo TCE-ES**, em ACÓRDÃO TC-321/2021-4 (**Doc. 04**), conforme descrito a seguir!

ACÓRDÃO TC-321/2021-4 CONTROLE EXTERNO – FISCALIZAÇÃO – REPRESENTAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVÁQUA – IRREGULARIDADES NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 – REJEITAR PRELIMINARES – PROCEDÊNCIA – ACOLHER RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS – REJEITAR RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS – MULTA – CIENTIFICAR – ARQUIVAR

1. A inserção de cláusulas capazes de restringir a competitividade do certame, estranhas às contidas no art. 30 da Lei 8.666/93, incorre também em violação ao princípio da isonomia.

[...]

1. Relação de no mínimo 04 (quatro) profissionais, membros da Equipe Técnica com a indicação nominal e documental com respectiva qualificação (sendo necessária a comprovação da relação empregatícia com a licitante e sua qualificação), os membros da equipe técnica deverão ter em sua qualificação certificado de NR10, sendo necessária a apresentação do certificado deste para efeito de comprovação; (alínea “e” do item 9.1.4 do edital).

[...]

Assim, em adesão aos posicionamentos técnico e ministerial, **mantenho a irregularidade.**



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

Ou seja, em clara análise, com qualificação técnica praticamente idêntica, objeto de obra praticamente idêntico, o Tribunal de Contas do Espírito Santo, já julgou procedentes as irregularidades editalícias. Dessa forma, não há o que se falar em manter tais itens, uma vez que eles **claramente violam o princípio de isonomia** e os acórdãos já julgados!

5. Dos Pedidos

Assim, por todo o exposto, deve ser acolhida a presente impugnação, republicando-se o Edital do CC Nº 02/2023, para excluir as exigências de:

- i. Item 7.1.4.1.a1
- ii. Item 7.1.4.1.b4
- iii. Item 7.1.4.1.c1

Ante o exposto, espera-se apreciação.

Vitória, 10 de abril de 2023

VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA
TARCÍSIO OLÍVIO BOURGUIGNON
SÓCIO E ENGENHEIRO ELETRICISTA
CREA ES – 2748/D



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

DOC. 01 – CONTRATO SOCIAL E IDENTIDADE

DOC. 02 – EDITAL DE LICITAÇÃO

DOC. 03 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DOC. 04 – ACÓRDÃO 321-2021-4



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

DOC. 01 – CONTRATO SOCIAL E IDENTIDADE

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA
--

1. TARCISIO OLIVIO BOURGUIGNON, brasileiro, natural de Vitória, ES, solteiro, nascido em 18/05/1955, empresário, CPF 451.831.207-49, Carteira de Identidade nº 244.414 expedida pela SSP/ES, residente e domiciliado na Rua Angelindo Carareto, 171, Morada de Camburí, Vitória, ES, CEP 29.062-505; e

2. GABRIEL ANTONIO PIGNATON BOURGUIGNON, brasileiro, natural de Vitória, ES, solteiro, nascido em 04/11/1988, empresário, CPF 115.304.167-79, Carteira de Identidade nº 2.119.083 expedida pela SSP/ES, residente e domiciliado na Rua Daniel Abreu Machado, 621, Itararé, Vitória, ES, CEP 29.047-540;

Únicos sócios da sociedade limitada **VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.921.499/0001-32, com sede na **Avenida Fernando Ferrari, 1567, 1º Pavimento, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.075-063**, com Contrato Social Primitivo registrado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCES sob o n.º 32200796069 em 03/06/1997 e alterações posteriores, **RESOLVEM** alterar o Contrato Social de acordo com as deliberações a seguir:

1. Fica criada neste ato uma filial na Avenida Washington Luis, 1715, Santa Rita, Governador Valadares, MG, CEP 35.040-560, com objeto social “Administração de Obras” (CNAE 43.99-1/01) e “Serviço de poda de árvores para lavouras” (CNAE 01.61-0/02), destacando o capital de R\$ 1.000,00 (um mil reais) meramente para efeitos fiscais.

2. Permanecem em vigor as demais cláusulas aqui não modificadas e tendo em vista as alterações acima implementadas os sócios deliberam, por unanimidade, alterar e consolidar o Contrato Social da sociedade, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO DA SOCIEDADE LIMITADA
VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA**

1ª, A Sociedade Limitada girará sob o nome empresarial de “**VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA**” com sede e domicílio na **Avenida Fernando Ferrari, 1567, 1º Pavimento, Goiabeiras, Vitória, ES, CEP 29.075-063**, com filiais na Rua Opala, 139, Iguaçu, Ipatinga, MG, CEP 35.162-101, CNPJ 01.921.499/0002-13; na Rua Timbaúva, 530, Ideal, Novo Hamburgo, RS, CEP 93.334-180, CNPJ 01.921.499/0003-02; na Avenida Minas Gerais, 1.700, São Cristóvão, Teófilo Otoni, MG, CEP 39804-710, CNPJ 01.921.499/0004-85; e na Avenida Washington Luis, 1715, Santa Rita, Governador Valadares, MG, CEP 35.040-560

2ª. O capital social é de R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), representado por 17.000.000,00 (dezessete mil) quotas sociais, com valor R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país pelos sócios na seguinte proporção:

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA
--

TARCISIO OLIVIO BOURGUIGNON	16.830.000	quotas	99%	16.830.000,00
GABRIEL ANTONIO PIGNATON BOURGUIGNON	170.000	quotas	1%	170.000,00

TOTAL	17.000.000	quotas	100,00%	17.000.000,00

3ª A sociedade tem como objetivo: “Execução de obras e serviços da Construção Elétrica em Geral, inclusive ampliação, melhoria, efficientização, manutenção e projetos de sistemas de iluminação pública, manutenção, efficientização e ampliação de instalações elétricas prediais, instalações elétricas em geral, assessoria e consultoria em engenharia elétrica; Construção Civil em geral, inclusive edificações, terraplanagem, obras viárias, estações de tratamento e redes de água e esgoto; compreendendo as atividades da ESTRUTURA DETALHADA DA CNAE E SUBCLASSES DA CNAE – Fiscal 2.1:

0161-0/02 – Serviço de poda de árvore para lavouras
4120-4/00 – Construção de Edifícios
4211-1/01 – Construção de rodovias e ferrovias
4211-1/02 – Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
4212-0/00 – Construção de obras de arte especiais.
4213-8/00 – Obras de urbanização – Ruas, praças e calçadas
4221-9/01 – Construção de Barragens e represas para geração de energia elétrica
4221-9/03 – Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
4221-9/04 – Construção de estações e redes de telecomunicações
4221-9/05 – Manutenção de estações e redes de telecomunicações
4222-7/01 – Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
4222-7/02 – Obras de irrigação
4223-5/00 – Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto
4291-0/00 – Obras portuárias, marítimas e fluviais
4292-8/01 – Montagem de estruturas metálicas
4292-8/02 – Obras de montagem industrial
4299-5/99 – Outras obras de engenharia civil
4311-8/01 – Demolição de edifícios e outras estruturas
4311-8/02 – Preparação de canteiro e limpeza de terreno
4312-6/00 – Perfuração e sondagens
4319-3/00 – Serviços de preparação do terreno
4321-5/00 – Instalação e manutenção elétrica
4322-3/01 – Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
4322-3/02 – Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
4322-3/03 – Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
4329-1/01 – Instalação de painéis publicitários
4329-1/02 – Instalação de equipamentos para orientação à navegação marítima fluvias e lacustre
4329-1/03 – Instalação, manutenção e preparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
4329-1/04 – Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.
4329-1/05 – Tratamentos térmicos, acústicos ou de vibração
4329-1/99 – Outras obras de instalações em construções

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA
--

4330-4/01 – Impermeabilização em obras de engenharia civil
4330-4/02 – Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos em qualquer material
4330-4/03 – Obras de acabamento em gesso e estuque
4330-4/04 – Serviços de pintura de edifícios em geral
4330-4/05 – Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
4330-4/99 – Outras obras de acabamento da construção
4391-6/00 – Obras de fundações
4399-1/01 – Administração de obras
4399-1/02 – Montagem e desmontagem de andaimes e outras estruturas temporárias
7111-1/00 – Serviços de arquitetura
7112-0/00 – Serviços de engenharia
7119-7/01 – Serviços de cartografia, topografia e geodésia
7119-7/02 – Atividades de estudos geológicos
7119-7/03 – Serviços de desenho técnico relacionados à arquitetura e engenharia
7119-7/99 – Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura
8130-3/00 – Poda em linhas de transmissão na área rural e urbana

Parágrafo único – O objetivo social das filiais de Ipatinga, Novo Hamburgo e Teófilo Otoni são de “Administração de Obras” (CNAE 4399-1/01) e da Filial de Governador Valadares é de “Administração de Obras” (CNAE 43.99-1/01) e “Serviço de poda de árvores para lavouras” (CNAE 01.61-0/02),

4ª. A sociedade teve início de suas atividades na data do registro e arquivamento do instrumento de constituição na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, prazo de duração é indeterminado.

5ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

6ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406, de 10/01/2002.

Parágrafo único – Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

7ª. A administração da sociedade caberá a ambos os sócios, com os poderes e atribuições de representar a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente e praticar todos os atos de gerência, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo Único – O uso da firma será feita pelos sócios isoladamente, para assuntos exclusivos da sociedade, inclusive movimento em estabelecimentos bancários.

8ª. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA
--

patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

§1º Por deliberação dos sócios, a distribuição de lucros poderá ser em qualquer período do ano a partir de resultado do período apurado.

§2º A distribuição dos lucros poderá não obedecer a participação do sócio desde que aprovada pelos sócios cotistas.

9ª. Os sócios reunir-se-ão pelo menos uma vez por ano nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de tomar as contas dos administradores e deliberar sobre balanço patrimonial e o resultado econômico, designar administradores, se for necessário, e tratar de quaisquer outros assuntos constantes da ordem do dia.

§ 1º - As reuniões serão convocadas por qualquer administrador eleito, por meio de carta com aviso de recebimento com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da reunião.

§ 2º - A Assembleia dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

§ 3º - As demais matérias passíveis de deliberação ao longo do exercício social serão objeto de realização de reunião de sócios, mediante convocação de qualquer dos sócios, via e-mail, fax ou correspondência registrada, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria dos votos, salvo quorum específico previsto na legislação em vigor ou no presente instrumento.

§ 5º - Torna-se dispensável a reunião quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

10ª. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

11ª. Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

12ª. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1º - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

§ 2º - Em caso de dissolução da sociedade, será procedido à devida liquidação e o patrimônio remanescente será dividido entre os sócios proporcionalmente as quotas de capital.

§ 3º - Na hipótese de dissolução da sociedade por decisão unânime ou da maioria do capital social, será nomeado um dos sócios liquidante a quem caberá a prática de todos os atos

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 13 DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA
--

pertencentes a regular liquidação e consequente extinção da sociedade, cabendo-lhe inclusive a guarda dos livros após a extinção.

13ª. Quaisquer cláusulas e condições do presente Contrato Social poderão ser livremente alteradas, a qualquer tempo, dependendo para tanto de deliberação de sócios representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do Capital Social.

14ª. Os sócios declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

15ª. Este Instrumento Contratual, será regido pela Lei 10.406/2002, tendo como regência supletiva as Normas Regimentais da Sociedade Anônima Lei 6.404/76

16ª. Fica eleito o foro da cidade de Vitória, Comarca da Capital do Espírito Santo para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 01 (uma) via, para que produza os devidos e legais efeitos de direito.

Vitória, 16 de setembro de 2022

TARCISIO OLIVIO BOURGUIGNON

GABRIEL ANTONIO PIGNATON BOURGUIGNON



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VITORIALUZ CONSTRUÇOES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
11530416779	GABRIEL ANTONIO PIGNATON BOURGUIGNON
45183120749	TARCISIO OLIVIO BOURGUIGNON



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/09/2022 14:49 SOB N° 20221602283.
PROTOCOLO: 221602283 DE 27/09/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12212717720. CNPJ DA SEDE: 01921499000132.
NIRE: 32200796069. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/09/2022.
VITORIALUZ CONSTRUÇOES LTDA

PAULO CEZAR JUFFO
SECRETÁRIO-GERAL
www.simplifica.es.gov.br



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional

081267384-0

Nome

GABRIEL ANTONIO PIGNATON BOURGUIGNON

Filiação

MARCO ANTONIO BOURGUIGNON

ELINOR MARIA PIGNATON BOURGUIGNON

C.P.F.

Documento de Identidade

Tipo Sang.

115.304.167-79

2119083 SSP ES

Nascimento

Naturalidade

UF

Nacionalidade

04/11/1988

VITÓRIA

ES

BRASILEIRA

Crea de Registro

Emissão

Data de Registro

CREA-ES

20/10/2014

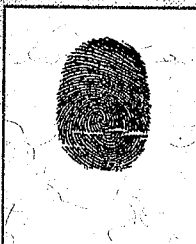
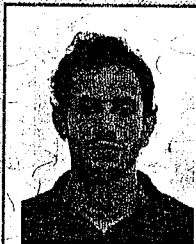
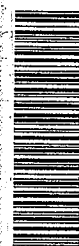
22/11/2013

Ass. Presidente

Frederico Romão Belchior

Registro no Crea

ES-033464/D



Título Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional

Gabriel Antônio Pignaton Bourguignon

Valê como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)



CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA / ES - «CARTÓRIO FAFÁ»
Rua Dr. Eurico de Aguiar, 130-D - Ed. Blue Chip Business Center - Conj. 07-13 - Praia do Canto
Cep: 29.055-280 - Vitória - ES - Tels.: 27 3345-1048 / 3222-6971 - Fax: 3345-0017

AUTENTICAÇÃO - 1 (uma) cópia(s) frente

Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original
autenticando-a nos termos do Artigo 7º - da Lei 8.935/1994.
Vitória-ES, 24/04/2015, 13:59:00. Em Teste _____ da _____

Cod: GDBEW9ERAW Auta Vianney de Oliveira Conceição - Escrevente

Selo: 023200-0AT1502.33310 consulte autenticidade: www.tj-es.jus.br

Emolumentos: R\$ 2,33

Encargos: R\$ 0,52

Total: R\$ 2,85



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
080678226-9

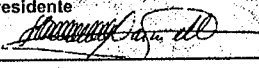
Nome
TARCISIO OLIVIO BOURGUIGNON

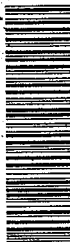
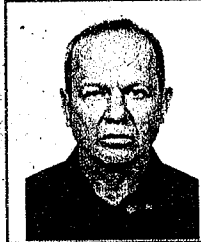
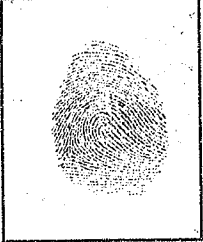

Filiação
JOSE MOREIRA BOURGUIGNON
APOLONIA SANTA CLARA BOURGUIGNON

C.P.F. Documento de Identidade Tipo Sang.
451.831.207-49 **244414ES ES ES** **O+**

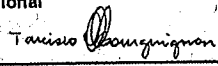
Nascimento Naturalidade UF Nacionalidade
18/05/1955 **DOMINGOS MARTINS** **ES** **BRASILEIRA**

Crea de Registro Emissão Data de Registro
CREA-ES **26/02/2014** **10/01/1983**


Ass. Presidente
 Registro no Crea
ES-002748/D

Título Profissional
Engenheiro Eletricista

Ass. do Profissional


Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

 **CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO DE NOTAS DE VITÓRIA/ES - «CARTÓRIO FAFÁ»**
 Rua Dr. Eurico de Aguiar, 130-D - Ed. Blue Chip Business Center - Conj. 07-13 - Praia do Canto
 Cep: 29.055-280 - Vitória - ES - Tels.: 27 3345-1048 / 3222-6971 - Fax: 3345-0017

AUTENTICAÇÃO - 1 (uma) cópia(s) frente
 Certifico que esta cópia é reprodução fiel do original
 autenticando-a nos termos do Artigo 7º - V da Lei nº 8.935/1994.
 Vitória-ES, 20/08/2015, 14:25:26. Em Teste _____ da verificação

Cód: 55011ZKRVA Auta Vianney de Oliveira Conceição - Escrevente
 Selo: 023200 LAV1505.23378 consulte autenticidade: www.tjes.jus.br
 Emolumentos: R\$ 2,33 Encargos: R\$ 0,64 Total: R\$ 2,97





VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

DOC. 02 – EDITAL CONCORRÊNCIA 02/23



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
PROCESSO Nº 126/2023

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO BOM, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Orgânica do Município de Campo Bom, e nos termos legislação federal aplicável, o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação sob a modalidade de Concorrência Pública. O presente certame será conduzido pela Comissão Permanente de Licitações, nomeado pela Portaria n.º 58.031, de 22 de novembro de 2022, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO GLOBAL

REGÊNCIA DO PROCEDIMENTO:

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA, MAQUINÁRIOS, VEÍCULOS, FERRAMENTAS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, REVISÃO, MELHORIAS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, SEMAFÓRICA E REDES ELÉTRICAS E LÓGICAS PREDIAIS, EM CARÁTER DE SERVIÇOS CONTINUADOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM – RS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, EM ANEXO.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DE APRESENTAÇÃO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia **12/04/2023 às 13h30min** na Divisão de Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito a Avenida Independência, nº 800, 1º andar, em Campo Bom/RS.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no município de Campo Bom – RS, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, constituindo-se no Anexo II.

1.2. É de inteira responsabilidade do licitante a conferência dos elementos do projeto, conforme listados no objeto deste edital, bem como a execução da obra e fornecimento de materiais e recursos necessários para o total cumprimento do previsto no Anexo II.

2. DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.1. Constituem impedimentos à participação na presente licitação:

- a) a suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Campo Bom, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;
- b) atuar em ramo divergente de atividade da qual se relaciona o objeto deste certame;
- c) ter sido declarada como inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido declarada inidônea, garantidos o contraditório e a ampla defesa, na segunda hipótese;
- d) estar em regime de concordata, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- e) a reunião de empresas em consórcio, ainda que controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

f) tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados à administração municipal;

g) ser servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Município de Campo Bom, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

3

3. DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Propostas de Preços, deverão ser entregues na data, local e horários indicados no **item 4**, separadamente, tendo o primeiro envelope o subtítulo **HABILITAÇÃO** e o segundo, o subtítulo **PROPOSTA DE PREÇOS**, os quais deverão estar lacrados e conter na parte externa e frontal, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
ENVELOPE Nº 1 - **HABILITAÇÃO**
NOME DO PROPONENTE - _____
E-MAIL DA PROPONENTE: _____

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
ENVELOPE Nº 2 - **PROPOSTA DE PREÇOS**
NOME DO PROPONENTE - _____
E-MAIL DA PROPONENTE: _____

3.2. A inversão dos documentos no interior dos envelopes, acarretará exclusão sumária da licitante do certame.

3.3. Não serão recebidos envelopes parcial ou totalmente abertos.

4. DO LOCAL, DIA E HORÁRIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4.1. Os envelopes deverão ser entregues na Divisão de Licitações e Contratos, no Centro Administrativo Municipal, sito a Avenida Independência, nº 800, 1º andar, em Campo Bom/RS.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.2. A abertura dos envelopes acontecerá no mesmo local indicado no subitem acima, no dia 12 de abril de 2023 às 13h30min.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. Para fins de credenciamento do representante das licitantes para o certame, deverá ser apresentada, **FORA DOS ENVELOPES**, procuração por instrumento público ou particular, outorgada pela empresa, habilitando-o para representá-la junto ao procedimento, com plenos poderes de decisão, exceto quando for sócio ou proprietário da empresa, devendo, neste caso, comprovar tal situação por meio da apresentação do Contrato Social e documento de identidade.

5.1.1. Caso a procuração se dar por instrumento particular, será exigido reconhecimento de firma.

5.1.2. Será aceito somente um representante por empresa concorrente no certame.

5.2. Os licitantes poderão se fazer representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada, munida de instrumento adequado, firmado pela representante legal da empresa, o qual deverá conferir os poderes necessários à sua participação.

5.2.1. No caso de ausência de documento hábil que comprove a representação, não poderá haver manifestação acerca de quaisquer fatos relacionados ao presente certame.

6. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

6.1. Os envelopes referidos o item 3.1 serão abertos, em sessão pública, na data e hora mencionadas neste Edital, pela Comissão Permanente de Licitações - CPL, a qual procederá à abertura do envelope nº 01 - Habilitação, examinando e rubricando as folhas.

6.2. Os documentos serão franqueados aos representantes qualificados das licitantes, que poderão examiná-los, rubricando-os e fazendo observações, caso entendam necessário.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

6.2.1. Não serão recebidas as observações que tratam o item 6.2 quando estas se tratarem de razões recursais, as quais deverão ser protocoladas na forma de recurso previsto em item específico deste instrumento convocatório.

6.3. Em ato contínuo, a Comissão fará a análise da documentação apresentada, deliberando pelo julgamento da fase de habilitação, que poderá ser proferida de imediato na sessão e/ou proferida posteriormente, caso em que, os licitantes serão devidamente intimados da decisão por e-mail.

6.4. Havendo a renúncia expressa de todas as licitantes quanto ao prazo recursal ou decorrido este prazo, sem interposição de recursos, a Comissão poderá proceder à abertura do envelope nº 02 – Proposta de Preços, das empresas consideradas habilitadas.

6.5. Satisfeitas as exigências legais, as propostas serão abertas e se dará vista às licitantes, devendo todas as folhas ser rubricadas pela Comissão e pelos representantes das empresas presentes.

6.6. Em hipótese alguma, será admitida qualquer alteração e/ou inclusão no conteúdo dos documentos de habilitação ou da proposta de preços, ressalvada apenas a alteração destinada a sanar evidente erro formal, após avaliação pela CPL.

6.7. O envelope de proposta financeira que, por qualquer motivo, não seja aberto pela CPL, ficará em poder da Divisão de Licitação e Contratos, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contado da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de inutilização.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. O envelope nº 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, deverá conter, obrigatoriamente e sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo relacionados:

7.1.1. Habilitação Jurídica:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- b) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- g) Será dispensada da apresentação dos documentos constantes nos itens (“a”, “b”, “c”, “d”), dentro do envelope de habilitação, a licitante que já os tiver apresentado no momento do credenciamento, previsto no item 5 deste edital.

6

7.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- b) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;
- c) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;
- d) Certidão negativa Municipal (ou positiva com efeitos de negativa), do domicílio ou sede da licitante.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

7.1.3. Documentação Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Deverá apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

de abertura e encerramento do Livro Diário; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;

7

b) A verificação da situação financeira será avaliada por uma das seguintes formas:

b.1) Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Os valores mínimos para tais indicadores são:

LG > ou = 1,00 (um inteiro)

LC > ou = 1,00 (um inteiro)

ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)

b.1.1. Serão consideradas inabilitadas as empresas que não atingirem os itens anteriores de capacitação econômico-financeira.

b.1.2. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço, contendo também no mesmo uma declaração, sob as penas cabíveis, de que o cálculo apresentado atende integralmente as exigências do Edital. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

b.2. Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, na proporção de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

c) Certidão negativa de falência, concordata, ou de recuperação judicial (Lei nº 11.101, de 09/02/2005) expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta comercial.

8

7.1.4. Documentação Relativa à Qualificação Técnica:

a) Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)

a.1) Certificado de Registro Profissional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante, profissional Engenheiro Eletricista, profissional Engenheiro de Segurança do Trabalho e profissional Engenheiro Agrônomo e/ou Ambiental em função da execução de podas e abates de árvores, no caso dos responsáveis não constarem no certificado Registro de Pessoa Jurídica.

a.2) caso a vencedora do certame seja de outro Estado da Federação, deverá providenciar o visto para exercer a atividade neste Estado junto ao órgão competente, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;

b) Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, complexidade tecnológica, qualidade, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de, no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade profissional competente, comprovando:

b.1) execução de serviços de manutenção/eficientização de iluminação pública em logradouros públicos, com fornecimento de serviços, em locais ou municípios com quantidade mínima ou superior a 10.000 pontos, com responsabilidade técnica compatível.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

b.2) execução de serviços prediais de manutenções elétricas, lógicas de dados e instalação de equipamentos para energia alternativa, em caso de emergências, com fornecimento de serviços compatíveis com as especificações no Memorial Descritivo com responsabilidade técnica compatível.

b.3) execução de serviços de instalação de luminária de alto rendimento do tipo com uso de Diodos Emissores de Luz (LED) de baixo consumo energético, instaladas em vias e locais públicos com responsabilidade técnica compatível.

b.4) execução de serviços de poda e supressão de vegetais, sob a responsabilidade do Engenheiro Agrônomo ou Ambiental indicado.

c) comprovação de cursos:

c.1) Comprovação de cursos NR-10 – Segurança – Eletricista de Instalações Elétricas de Alta e Baixa Tensão;

c.2) Comprovação de cursos NR-11 - Operação de Guindauto e movimentação de carga;

c.3) Comprovação de cursos NR-35 - Trabalhos em altura.

A comprovação se dará através de declaração da empresa contendo os nomes dos profissionais que executarão os serviços, juntamente com os Certificados dos Cursos.

d) Comprovação de que a empresa possui cadastro em no mínimo uma Concessionária de Energia Elétrica.

e) no caso de o profissional não constar como responsável técnico da licitante no seu Certificado de Registro de Pessoa Jurídica, deverá comprovar vínculo profissional por meio de carteira de trabalho, folha de registro de empregados ou outro meio legal que comprove essa situação permanente ou ainda, em caso de sócio ou diretor, por meio do contrato social.

f) na hipótese de o atestado ser em nome do responsável técnico da licitante, este deverá estar devidamente registrado no CREA e vir acompanhado da Certidão de Acervo Técnico – CAT deste.

g) os atestados podem ser objetos de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, sendo vedada a apresentação de atestados emitidos pela própria licitante.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

h) não será admitida a soma de parcelas em atestados distintos ou atestados de obras/serviços inacabados ou executados parcialmente;

i) o licitante poderá realizar visita técnica no local onde será executado a obra, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário, por meio do telefone (51) 3597-1200; ou na Divisão de Planejamento, no telefone (51) 3598-8617.

i.1) tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste.

7.1.5. Documentação complementar:

a) Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo IV, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei;

b) Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no ANEXO V;

c) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que pretende utilizar dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 **deverá apresentar declaração assinada pelo representante legal**, nos termos do Anexo VI, de que é de fato ME/EPP e que está apta a se utilizar dos benefícios da lei.

7.2. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Durante a sessão, a Comissão não autenticará nenhum documento, mesmo que a licitante apresente a cópia e o original.

7.3. A documentação que faz prova da regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) e trabalhista poderão ser apresentadas mediante documentos extraídos via Internet, cuja



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade, pelo acesso ao site do Órgão que os expediu.

7.4. A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope "Documentos de Habilitação", os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório, com irregularidades ou ilegível, será inabilitada.

7.5. Havendo restrição nos documentos relativos à regularidade fiscal e/ou trabalhista das empresas previstas na LC 123/2006, estas terão 05(cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentar a documentação devidamente regularizada.

7.5.1. O benefício do item acima não exime a empresa da apresentação do documento, ainda que com restrição, sob pena de, não apresentando, ser declarado inabilitado do certame.

7.5.2. A não apresentação da documentação devidamente regularizada, no prazo previsto, acarretará a inabilitação da ME/EPP.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado e impressa por meio eletrônico, datada e assinada pelo representante legal da empresa, redigida em linguagem clara, sem rasuras, contendo todos os dados da proponente, incluindo o seguinte:

- a) razão social da licitante, endereço atualizado, telefone, fax e e-mail;
- b) nº do CNPJ, que deverá ser o mesmo constante dos documentos de habilitação e da nota fiscal a ser emitida, se vencedora do certame;
- c) nome da pessoa indicada para firmar o contrato fornecendo, caso este não faça parte do quadro societário, cópia da procuração deste, com plenos poderes para tal, e com reconhecimento cartorário de firma, com o respectivo nº do telefone convencional e celular;
- d) o preço global, em moeda corrente nacional, considerando-se apenas duas casas decimais após a vírgula.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

12

d.1) o preço proposto, será considerado completo e deverá abranger o fornecimento dos materiais e mão de obra, e todos os encargos, todos os tributos, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais, fornecimento de mão-de-obra especializada, leis sociais e trabalhistas, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e pessoal e qualquer despesa acessória e/ou necessária, ainda que não especificada neste edital.

d.2) o percentual de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) que será aplicado na proposta financeira, bem como os percentuais de encargos sociais, deverá estar inteiramente em acordo com o BDI adotado na planilha constante do projeto;

e) o prazo de validade da proposta, não deve ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da abertura das propostas;

f) a Planilhas de composição de custos, datada e assinada pelo(s) responsável(is) técnico(s) da empresa, devendo ser feita rigorosamente com base nas planilhas fornecidas

g) deverá ser apresentado o Cronograma Físico - Financeiro, conforme anexo, para obra/serviço.

h) a empresa participante deverá apresentar o detalhamento dos encargos sociais referentes à sua proposta em documento expressamente de acordo com o modelo disponibilizado pela Administração Municipal.

i) a composição analítica do BDI deverá ser apresentada conforme modelo disponibilizado, discriminando todos os custos indiretos, incluindo despesas indiretas administrativas, administração central, tributos, seguros, imprevistos, despesas financeiras e lucro (ou benefícios).

8.2. Os preços propostos pela licitante, **NÃO DEVERÃO ULTRAPASSAR OS VALORES ABAIXO ESPECIFICADOS:**



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

a) para o objeto em questão, o **VALOR GLOBAL TOTAL** máximo de R\$ 1.927.050,00 (Um milhão, novecentos e vinte e sete mil e cinquenta reais) o valor limite, assim como não serão aceitos preços unitários excessivos ou inexequíveis.

8.3. Ocorrendo discrepância nos valores constantes da proposta da licitante, a Comissão procederá ao ajuste do preço global, prevalecendo sempre os primeiros, nos seguintes casos:

13

- a) os preços unitários em relação aos preços totais dos itens;
- b) os preços totais dos itens em relação ao preço total;
- c) o somatório do preço total com o BDI em relação ao preço global;
- d) os preços do Orçamento Detalhado em relação à Composição Analítica do BDI;
- e) o valor do BDI constante do orçamento Detalhado em relação à Composição Analítica do BDI.

8.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. A incorreção na apresentação dos percentuais de tributos será motivo de desclassificação, salvo erro de cálculo.

8.6. A apresentação de proposta será considerada como evidência de que o proponente examinou criteriosamente o conteúdo do edital e seus anexos e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.

9. DO JULGAMENTO

9.1. Esta licitação é do tipo menor preço, referida no inciso I do § 1º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93.

9.2. Será vencedora a proposta de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando-se o disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

9.3. Serão desclassificadas as propostas:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- a) divirjam dos termos deste Edital, forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal;
- b) que não atendam às exigências deste instrumento convocatório;
- c) com valor global superior ao preço orçado, ou com preços manifestamente inexequíveis;
- d) que tiverem cotação em moeda estrangeira;

14

9.4. Classificadas as propostas, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4.1. Entende-se por empate quando as propostas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

9.4.2. Não haverá empate acima descrito se a proposta mais bem classificada já for de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

9.5. Ocorrendo o previsto no item acima o procedimento será da seguinte forma:

- a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 2 (dois) dias úteis, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea “a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no percentual previsto, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

9.6. Em não havendo ME/EPP e houver empate na proposta de duas ou mais empresas, a classificação se fará por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, conforme o disposto no § 2º do art. 45 da Lei nº 8.666/93.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS/IMPUGNAÇÕES

15

10.1. Eventuais impugnações e pedidos de esclarecimentos ao Edital deverão ser encaminhados no prazo de até 05 (cinco) dias úteis antes da abertura do certame, observando os §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93 e deverão ser, **exclusivamente**, protocolados através do sistema de protocolo do município, sendo este acessado através do site (www.campobom.rs.gov.br) na aba protocolo, após “protocolos licitações/compras”, devendo conter a indicação do Procedimento licitatório..

10.1.1. Acolhida a impugnação, a Comissão deliberará acerca da necessidade de designar nova data para a realização do certame.

10.2. Eventual recurso deverá ser protocolado nos mesmos termos do item 10.1..

10.3. Da decisão sobre o julgamento da habilitação e das propostas caberá recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do aviso do resultado.

10.4. Interposto recurso, o fato será comunicado às demais licitantes, que terão o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões.

10.5. Recebida as razões do recurso de que trata o item anterior, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Permanente de Licitações poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, e respectiva impugnação à consideração superior.

10.6. Não será conhecido o recurso ou a impugnação interposta fora do prazo legal.

10.7. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação de licitante e do julgamento de propostas terão efeito suspensivo.

10.8. Decorrido o prazo sem interposição de recurso voluntário, a Comissão de Licitação remeterá o processo a Autoridade Competente, com vista à homologação e adjudicação.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

11. DO CONTRATO

11.1. É parte integrante do presente Edital a minuta de contrato, em seu Anexo II, devendo ser assinado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua notificação, prorrogáveis nos termos do § 1º do art. 64 da Lei nº. 8.666/93.

11.2. Se a adjudicatária deixar de assinar o contrato no prazo acima disposto, decairá do direito de vencedora, sujeitando-se, ainda, à imposição de pena de declaração de inidoneidade, bem como ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

11.3. Nesse caso, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do § 2º do artigo 64 da Lei nº. 8.666/93.

12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A licitante vencedora da licitação deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após a publicação da súmula do Contrato, podendo optar por uma das modalidades abaixo:

a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública, devendo essa última opção observar o inciso I do § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 11.079/2004;

b) seguro garantia;

c) fiança bancária.

12.1.1. Quando a opção escolhida for a de Seguro Garantia a mesma deverá incluir, obrigatoriamente, a cobertura para a execução do contrato, bem como de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive, obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais e ainda possíveis penalidades, tais como multas de caráter punitivo.

12.2. A garantia, quando não prestada em dinheiro, deverá contemplar, no mínimo, prazo de 3 (três) meses superior ao da execução do objeto.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

12.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída, mediante requerimento da empresa; quando a garantia for prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

12.4. Na ocorrência de Termo Aditivo, a Contratada deverá providenciar a garantia complementar ao acréscimo, mantendo o percentual de 5% do valor atualizado contratado, no prazo de 10 dias corridos a contar da publicação da súmula do referido Termo.

12.5. Havendo prorrogação de prazo contratual, na hipótese de a garantia ter sido prestada na modalidade seguro garantia ou fiança bancária, as mesmas deverão ser prorrogadas, de acordo com a vigência contratual.

12.6. Não serão aceitos títulos públicos não reconhecidos como válidos pelo Governo, ou com validade questionada judicialmente.

12.7. A não apresentação da garantia contratual e de suas prorrogações ou reforços (caução) acarretará, além das sanções legais, a aplicação de penalidade na forma estabelecida no contrato, sem prejuízo da sua rescisão.

12.8. Em havendo rescisão contratual, o contratante poderá recorrer à garantia contratual, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a contratada, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial por perdas e danos.

12.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo decorrente do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados ao contratante ou a terceiro, decorrentes, de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela contratada.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

12.10. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia será revertida ao Município de Campo Bom no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da licitante vencedora.

12.11. A garantia prestada pela contratada deverá se estender, obrigatoriamente, até o recebimento definitivo dos serviços, quando então será liberada ou restituída, mediante requerimento.

18

13. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A despesa decorrente deste procedimento e posterior contratação será deduzida do saldo da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)/Rubricas:

09.02.2.219.3.3.90.39.99.99.00.00 (1807/2023)

08.02.2.170.3.3.90.39.99.99.00.00 (2221/2023)

06.02.2.072.3.3.90.39.99.99.00.00 (3023/2023)

06.02.2.055.3.3.90.39.99.99.00.00 (3089/2023)

06.02.2.059.3.3.90.39.99.99.00.00 (3115/2023)

13.2. O pagamento será realizado respeitando a ordem de classificação dos créditos e listas, e efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança.

13.3. Os demais dispositivos disciplinadores do pagamento constam no Anexo I - Minuta do Contrato.

13.4. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

14. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. A fiscalização do objeto e o recebimento dos serviços estão disciplinados nos dispositivos constantes no Anexo I – Minuta de Contrato.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Quaisquer informações entendidas necessárias pelos licitantes ou por terceiros e pedidos de esclarecimentos, relativamente ao procedimento em questão, poderão ser obtidas junto a Comissão de Licitações, na Divisão de Licitação e Contratos do Centro Administrativo Municipal, sito à Avenida Independência, nº 800 - Centro - Campo Bom/RS, entre as 12h30min e 18h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min nas sextas-feiras ou através do telefone (51)3598-8690 ou ainda através do e-mail licitacoes@campobom.rs.gov.br

15.1.1. Os documentos referentes ao processo, atas e julgamentos serão enviados por e-mail aos licitantes e também estarão disponibilizados no site campobom.rs.gov.br na aba “portal licitações”.

15.2. Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica aceitação tácita das condições estipuladas neste instrumento, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeções, vier, após julgamento desfavorável, conforme previsto no parágrafo 2º do art. 41 da Lei nº 8.666/93.

15.3. A Comissão Permanente de Licitações (CPL), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento e fiquem atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

15.4. Na divergência de valores expressos entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos; entre preços unitários e totais, os primeiros.

15.5. A CPL ou autoridade superior poderá valer-se de pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Edital em



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

dia de expediente do Município e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

15.7. A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

15.8. No caso de alteração neste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.9. A prática de ato ilícito por licitante, visando frustrar os objetivos da licitação implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto deste Edital.

15.10. São anexos deste Edital:

Anexo I – Minuta de Contrato;

Anexo II – Projetos, Memoriais Descritivos, Especificações, Planilhas Orçamentárias e Cronogramas Físico-Financeiros, (Arquivos disponibilizados no portal);

Anexo III – Composição Analítica do BDI;

Anexo IV – Modelo de declaração de negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público;

Anexo V – Modelo de Declaração do art. 7º, XXXIII da CF;

Anexo VI – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;

16. DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Luciano Libório Baptista Orsi
Prefeito Municipal

Pedro Santos de Azevedo
Procurador Jurídico Municipal
OAB/RS 88.934

Visto
Assessoria Jurídica



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO I

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2023

21

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE FIRMAM O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
E _____ autorizado
através do Processo nº 126/2023.

NOME E QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, entidade de Direito Público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 90.832.619/0001-55, sediado na Avenida Independência, nº 800, Campo Bom, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Luciano Libório Baptista Orsi, doravante designado simplesmente MUNICÍPIO;

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua / Av. _____, nº _____, Bairro _____, _____, _____, neste ato representada por seu representante legal, Sr. _____, doravante designada simplesmente CONTRATADA.

Pelo presente, as partes acima qualificadas, doravante somente designadas MUNICÍPIO e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do procedimento licitatório na modalidade de **Concorrência Pública n.º 002/2023**, em consonância com a Lei nº 8.666/93 e demais normas legais que regem a espécie, às quais as partes se obrigam nas condições estabelecidas nas cláusulas a seguir declinadas:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no município de Campo Bom – RS, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro

22

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Executar o objeto contratado, fornecendo os equipamentos, materiais e a mão-de-obra, de acordo com as especificações técnicas contidas na CONCORRÊNCIA PÚBLICA e nos seus Anexos, bem como aquelas contidas na Proposta Comercial da CONTRATADA.

2.2. Indenizar eventuais danos causados à imagem do MUNICÍPIO e/ou a terceiros, provocados por culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do objeto contratado, praticados durante a execução do mesmo.

2.3. Pagar aquilo que compete ao empregador nos termos da Lei, tal como salário, 13º, férias, licenças, seguros de acidentes do trabalho, assistência e previdência social, compreendidas, também, as obrigações fiscais e a responsabilidade civil para terceiros, não se admitindo, a qualquer título, acréscimos sobre o preço proposto e contratado.

2.4. Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais de proteção.

2.5. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no início da execução dos serviços, mantendo este profissional habilitado na direção da obra/serviço.

2.6. Cumprir tudo que estiver contido nos Acordos, Convenções Coletivas ou Sentenças Normativas referentes à categoria profissional dos seus empregados, mantendo na execução



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

do objeto, somente profissionais com os quais mantenha contrato de trabalho devidamente registrados ou prestadores de serviço munidos de alvará de profissional autônomo.

2.7. Ter a disposição da obra todas as ferramentas e equipamentos necessários à execução das tarefas e dos serviços, com qualidade e segurança.

2.8. Providenciar a imediata correção de qualquer deficiência apontada pelo responsável pela fiscalização do Contrato.

2.9. Responsabilizar-se pelo comportamento moral e profissional de seus empregados, cabendo-lhe responder integralmente por todos os danos e atos ilícitos resultantes da ação ou omissão dos mesmos.

2.10. Apresentar, em até 05 (cinco) dias após o início dos serviços, o registro e o recolhimento devido junto ao INSS, referentes ao objeto contratado.

2.11. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas no presente Contrato.

2.12. Quando necessário, providenciar a sinalização do trânsito no local das obras/serviços, fornecendo, distribuindo e mantendo todo o material necessário a tanto; qualquer interrupção de tráfego deverá ser imediatamente divulgada através dos meios de comunicação aos usuários potenciais da área envolvida, principalmente às empresas de transporte de passageiros e carga afetados;

2.13. Manter os projetos, diário da obra e demais documentos pertinentes, em local adequado, de igual forma responsável técnico que possa realizar as devidas anotações no Diário da Obra, e prestar todos os esclarecimentos que sobre ela forem solicitados;

2.14. Empreender vigilância ininterrupta do canteiro de obras, sendo de sua responsabilidade, toda e qualquer perda de materiais, equipamentos e etc., resultante de roubo, furto, atos de vandalismo, ou qualquer outro fato de natureza semelhante que venha a ocorrer;

2.15. Fornecer e colocar placa(s) no canteiro de obras, na conformidade do exigido pelos órgãos de fiscalização e licenciamento, quando necessário;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

2.16. Remover os entulhos e os materiais não utilizados na execução dos serviços, durante toda a execução da obra, mantendo limpas as instalações e o canteiro de obras;

2.17. Substituir, sempre que exigido pelo Município, e no prazo máximo de 05 (cinco) dias, ferramentas e/ou equipamentos entendidos inadequados às exigências dos serviços ou o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento for julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório;

2.18. Proceder à instalação da obra dentro das normas gerais de construção e segurança, sendo de sua responsabilidade manter atualizados, o canteiro de obras: alvará, certidões e licenças, evitando interrupções por embargo, bem como, ter um jogo completo aprovado e atualizado dos projetos, especificações, orçamentos e demais elementos que interessem ao serviço;

2.19. Manter os profissionais que atuarem na prestação do objeto contratado, devidamente identificados através de crachás e/ou uniforme da empresa, bem como, com Equipamentos de Proteção Individual – EPI.

2.20. Cumprir com todo o estabelecido no Memorial Descritivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Efetuar os pagamentos devidos pela execução do objeto do Contrato, de acordo com o disposto na Cláusula Décima do presente Instrumento.

3.2. Permitir o acesso do pessoal da CONTRATADA no local de execução do objeto contratado, colaborando para a tomada de medidas necessárias à prestação dos mesmos.

3.3. Indicar servidor seu ou profissional contratado para a execução da fiscalização do cumprimento das obrigações do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA ORDEM DE INÍCIO

4.1. Os serviços serão iniciados após a Ordem de Início dos Serviços, que será emitida quando recebidos e aceitos pelo **MUNICÍPIO**, com os seguintes documentos:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

4.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)/Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela execução no CREA /CAU, devidamente quitada.

4.1.2. Prova de inscrição ou registro junto à entidade profissional competente CREA/CAU, da localidade da sede da contratada, com visto no CREA ~~ou CAU do RS~~ (caso a empresa vencedora não seja do estado do RS).

4.1.3. Declaração do Engenheiro Civil/~~Arquiteto Residente~~ da obra acompanhada pelo registro no órgão competente, comprovando será o responsável e estará diariamente no canteiro de obras, manterá o Diário da Obra atualizado e participará de todas as reuniões agendadas.

4.1.4. Comprovação de Garantia de execução, dentre as modalidades previstas no § 1º incisos I e III do Artigo 56 da Lei 8.666/93, cujo montante será correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Em caso de depósito em dinheiro na conta específica, será restituída após a execução do mesmo, atualizado monetariamente pelo rendimento da aplicação do período, de acordo com § 4º artigo 56 da mesma lei.

4.1.4.1. Segue abaixo os dados do Município para elaboração de Carta Fiança ou Fiança Bancária:

Razão Social: Município de Campo Bom

Endereço: Avenida Independência, nº 800

CNPJ: 90.832.619/0001-55

4.1.4.2. O recolhimento de garantia em dinheiro deverá ser efetuado através de depósito na Conta n.º 49656-1, Agência 0755-2, do Banco do Brasil.

4.2. A Contratada deverá encaminhar a documentação citada no prazo de 10 (dez) dias contados da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

5.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do MUNICÍPIO, mediante elaboração de regular aditivo contratual.

5.2. Os serviços de que tratam este processo serão iniciados mediante solicitação formal da secretaria competente e deverão ser executados de acordo com o cronograma físico-financeiro e/ou memorial descritivo.

5.3. Somente serão admitidos pedidos de prorrogação de prazo se devidamente justificados nos termos do art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93 e se encaminhados ao fiscal do contrato antes do término do prazo contratual.

5.4. Tudo aquilo que for considerado como mal executado, com vícios de material e/ou mão-de-obra, ou em desacordo com o constante no Edital e seus Anexos, na Proposta da Contratada ou nos Projetos, deverão ser refeitos e /ou substituídos, na forma determinada pelo MUNICÍPIO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação da fiscalização, sem que acarrete em solicitação de ressarcimento por parte da CONTRATADA, nem extensão do prazo de conclusão dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO/RUBRICA

6.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias/Rubricas:

09.02.2.219.3.3.90.39.99.99.00.00 (1807/2023)

08.02.2.170.3.3.90.39.99.99.00.00 (2221/2023)

06.02.2.072.3.3.90.39.99.99.00.00 (3023/2023)

06.02.2.055.3.3.90.39.99.99.00.00 (3089/2023)

06.02.2.059.3.3.90.39.99.99.00.00 (3115/2023)

6.2. As despesas decorrentes deste procedimento, a se vencerem no exercício de 2024 constarão da pertinente Lei de Orçamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

7.1. A garantia do cumprimento das obrigações contratuais corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor contratado e deverá ser apresentada **NO PRAZO DE CINCO DIAS ÚTEIS**, a contar da publicação da Sumula do Contrato.

7.2. A comprovação da garantia deverá ser anexada ao presente instrumento contratual, juntamente com o respectivo comprovante de pagamento e, poderá ser fornecida em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, devendo, nestes dois últimos casos ter, no mínimo, prazo em 03 (três) meses superior ao de execução do ajuste.

7.3. A garantia, quando prestada em dinheiro, somente será devolvida após o cumprimento correto e pleno de todas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, atualizada consoante variação do INPC (índice nacional de preços ao consumidor), fornecido pelo IBGE, ou respectivo substituto, em sendo extinto.

7.4. Havendo acréscimo ou supressão de serviços, ou prorrogação do prazo da permissão, a garantia deverá ser acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada sempre, em todas as hipóteses, a proporção de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do ajuste.

7.5. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao Município, no caso de rescisão da permissão por culpa exclusiva da CONTRATADA.

7.6. O Município reserva-se o direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias a reparar os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções nos termos apontados pela Fiscalização através de relatório escrito, sempre que a CONTRATADA não atender às suas determinações.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO OBJETO

8.1. A CONTRATADA fornecerá garantia dos materiais e serviços, pelo por prazo não inferior a 05 (cinco) anos, que começará a fluir a partir da expedição do termo de recebimento definitivo da obra, durante o qual, sem prejuízo da responsabilidade penal com que tiver que arcar, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA.

8.2. A garantia dos serviços, materiais e equipamentos, será:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- a) pela solidez e segurança do objeto contratado, assim como dos materiais e equipamentos, bem como do solo, na forma do artigo 618 do Código Civil;
- b) pelos danos pessoais e materiais causados ao Município, vizinhos da obra e terceiros em geral, tanto por seus empregados e prepostos, como por subempreiteiros e por fornecedores, durante a execução da obra ou dela decorrentes;
- c) pelo pagamento de todas as importâncias devidas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, e fundiárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinário, seguros, licenças, cópias dos projetos, entre outros, decorrentes e necessários à execução da obra;
- d) pelos defeitos e imperfeições verificados, não relacionados com a segurança e solidez do objeto.

8.3. Esta garantia implica na obrigação de execução imediata dos reparos que se fizerem necessários, inclusive com substituição de materiais e/ou equipamentos, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. O preço total a ser pago pelo MUNICÍPIO, referente à execução do objeto especificado na Cláusula I deste Instrumento, é de R\$(....), conforme discriminado a seguir:

- Valor para os materiais:
- Valor total para a mão de obras:

9.2. Incluídos no preço estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte, seguro, obtenção de registros e/ou licenças.

9.3. O preço proposto pelos serviços somente será passível de reajuste decorrido um ano da contratação, tomando-se então como base os índices estabelecidos pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, fornecido pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento da contraprestação devida dar-se-á, **de forma mensal, na conformidade do montante de serviços efetivamente executados** no mês da competência, conforme calendário de pagamento do município, mediante a apresentação, pela contratada:

- a) da pertinente nota fiscal, visada pelo Serviço de Fiscalização do Município;
- b) da correspondente planilha de medição, firmada pelo responsável técnico pela obra e pelo Serviço de Fiscalização;
- c) dos comprovantes de pagamento de salários e de recolhimento das contribuições previdenciárias e fundiárias relativas aos empregados utilizados na obra, no mês da competência;

10.2. Além do previsto no item anterior, a contratada deverá:

I - Para recebimento do valor da primeira nota fiscal relativa ao preço da obra, apresentar:

- a) ART do responsável técnico pela mesma, junto ao CREA, assinada e paga;

10.3. Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, em decisão administrativa transitada em julgado, o valor será descontado do pagamento devido.

10.3.1. Em caso de pagamentos mensais, o limite máximo mensal de desconto será de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

10.4. A CONTRATADA que antecipar a execução das etapas previstas, conforme o cronograma físico financeiro disponibilizado pelo MUNICÍPIO, através da gestão de esforços materiais e profissionais desta prestação de serviços, receberá os valores devidos dentro do mês o respectivo cronograma de pagamentos do Município, estando os mesmos de acordo com a aferição do fiscal da obra.

10.5. Em caso de devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

10.6. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES

30

11.1. Pela inexecução total ou pela execução parcial do objeto do Contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência.

11.1.2. Multa de mora no percentual correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor total do contrato/empenho, até a data do efetivo adimplemento, respeitando o limite de 10% sobre o valor do Contrato.

11.2. A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

11.3. Multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor total do contrato/empenho, no caso de inexecução parcial do objeto contratado, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE.

11.4. Multa de 10% incidente sobre o valor total do contrato/empenho, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE.

11.5. Multa de 5% incidente sobre o valor total do contrato/empenho, no caso de descumprimento de obrigações contratuais.

11.6. Decorridos 30 (trinta) dias corridos sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando a sua rescisão.



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

11.7. A aplicação de multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicável cumulativamente.

11.8. Suspensão temporária, de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 2 (dois) anos.

11.9. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por até 5 anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município, o qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11.11. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado a CONTRATADA vencedora o contraditório e a ampla defesa.

11.12. Notificado do processo para apuração de penalidade, a CONTRATADA poderá manifestar-se em até 05 (cinco) dias úteis. No caso de declaração de inidoneidade o prazo para manifestação será de 10 dias corridos, de acordo com a Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. A rescisão do presente contrato poderá se dar, somente, nos seguintes casos:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, no que couber;

12.1.2. Por acordo entre as partes, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que executar até a data da ordem de paralisação;

12.1.3. Pelo MUNICÍPIO, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito a indenização, quando esta:

a) não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

b) não recolher no prazo determinado as multas impostas, e

c) transferir o contrato a terceiros, no todo ou em parte;

12.1.4. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADES

32

13.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados, independente a quem seja, sofridos em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo ao Município direito regressivo por tudo o que tenha que despendar em sendo responsabilizado, incluindo honorários periciais, advocatícios e custas processuais.

13.2. A CONTRATADA também se responsabiliza, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos objetos, sendo assegurado direito regressivo na forma do item anterior.

13.3. A CONTRATADA responsabilizar-se-á ainda, isolada e exclusivamente, pelo seguinte:

a) despesas e providências necessárias à inscrição da obra junto aos órgãos e repartições competentes, pagamento do seguro de responsabilidade civil, e pagamento das multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência de fato a licitante contratada e/ou ao respectivo pessoal imputável;

b) obtenção de todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagamento dos emolumentos definidos na legislação e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, e as despesas relativas a cópias de projetos, ligações provisórias e definitivas, "habite-se", e o que mais pertindir;

c) observância de todas as leis, regulamentos e posturas referentes às obras de engenharia e à segurança pública;

d) quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, por uso de



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

patentes registradas, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, mesmo que ocorridos na via pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

33

14.1. O MUNICÍPIO designará o Fiscal de contrato Sr....., devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços.

14.2. A Fiscalização ora referida não eximirá a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do Município sob sua guarda, seja relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos seus, integrantes da Administração Municipal e/ou terceiros.

14.3. A CONTRATADA deverá planejar a prestação dos serviços juntamente com a Fiscalização do MUNICÍPIO, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

14.4. A CONTRATADA deverá fornecer ao serviço de Fiscalização do MUNICÍPIO, semanalmente, RELATÓRIO próprio de vistoria, com registro fotográfico das etapas executadas na obra, principalmente aquelas executadas dentro das paredes, forro e solo, informando ainda o número de funcionários que trabalharam na obra naquele período, devidamente datado e assinado pelo responsável técnico da empresa, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste contrato:

a) O município disponibilizará modelo de relatório padrão na reunião de partida de obra. Caso opte por apresentar em outro formato, o relatório deverá ser previamente aprovado pelo fiscal designado e deverá conter no mínimo as informações solicitadas no relatório padrão;

b) o relatório deverá ser entregue em via física, na sede da Prefeitura Municipal, no Departamento de Planejamento Urbano, ao fiscal designado, podendo ser facultado o envio na forma digitalizada para o e-mail fiscalizacaoplanejamento@campobom.rs.gov.br, desde que a via original seja entregue juntamente com a próxima medição de serviços;

14.5. Deverá igualmente a contratada fornecer mensalmente ao serviço de Fiscalização do



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Município, relação completa dos empregados utilizados, com detalhamento acerca dos respectivos nomes, qualificação profissional e jornada habitual, de sorte que possa a mesma, em entendendo inadequado o serviço de qualquer deles, solicitar a respectiva substituição, o que terá que ser acatado de imediato pela contratada.

34

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

15.1. A contratada fica obrigada a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nos termos do § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93, mediante regular aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA DA OBRA

16.1. Concluída a obra, será provisoriamente recebida pelo Município, mediante a expedição de Termo Provisório de Recebimento, e, decorridos 90 (noventa) dias da data deste recebimento provisório, verificada a qualidade do empreendimento, a inexistência de defeitos, a plena conformidade com o reivindicado e proposto, e a quitação de todas as obrigações pecuniárias decorrentes da mesma, pela licitante contratada, será expedido o Termo Definitivo de Recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato, exceto se formalmente autorizada pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Situações não previstas expressamente, se incidentes, serão reguladas pelo contido na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações subsequentes, e pelos demais regramentos pertinentes às contratações públicas.

18.2. Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada ou fax, na sede dos



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Contratantes ou no e-mail informado no procedimento licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom, RS.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraíndo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Campo Bom, _____ de _____ de _____.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI
Prefeito Municipal

Contratada

TESTEMUNHAS:

Pedro Santos de Azevedo
Procurador Jurídico Municipal
OAB/RS 88.934



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO II

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMAS FÍSICO-FINANCEIROS

36

ARQUIVOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL PARA DONWLOAD



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO III

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
MODELO COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DO BDI

37

DEMONSTRATIVO DE BDI
(OBRIGATÓRIO)

Modelo para composição da Taxa de Bonificação e Despesas Indiretas.

	ITENS	Adotado
AC	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
S + G	SEGURO E GARANTIA	
R	RISCO	
DF	DESP. FINANCEIRAS	
L	LUCRO	
I	IMPOSTOS	
	PIS	
	COFINS	
	ISSQN (Alíquota x % Base de cálculo)	
	CPRB	

BDI RESULTANTE	
-----------------------	--

PIS – Programa de Integração Social

ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (conforme Lei 13.161 de 31.08.2015).

Fórmula para o cálculo do BDI:

$$BDI = \frac{(1 + AC + S+G + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

(Assinatura do Responsável Técnico)



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

38

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que a **(Razão Social da Licitante)** não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO V

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII DA CF

39

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, combinado ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666/93, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2023
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

40

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que se **ENQUADRA** como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA, também, que está apto a utilizar-se dos benefícios previstos nos artigos 42 à 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

DOC. 03 – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no Município de Campo Bom – RS.

Planilha de Composição de Custos		
Orçamento Sintético		
Descrição do Item	Custo (R\$/mês)	%
1. Mão-de-obra	R\$ 64.511,56	40,17%
1.1. Eletricista Turno dia	R\$ 23.078,21	14,37%
1.2. Eletricista Turno noite	R\$ 1.932,00	1,20%
1.3. Motorista Turno Dia	R\$ 12.341,90	7,69%
1.4. Motorista Turno Noite	R\$ 1.347,07	0,84%
1.5. Eletrotécnico Turno dia	R\$ 8.270,53	5,15%
1.6. Auxiliar de eletricista Turno dia	R\$ 4.491,68	2,80%
1.7. Eng Eletricista	R\$ 4.876,70	3,04%
1.8. Eng seg trabalho	R\$ 3.775,99	2,35%
1.9. Vale Transporte	R\$ 726,16	0,45%
1.10. Vale-refeição (diário)	R\$ 3.671,32	2,29%
2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual	R\$ 3.895,83	2,43%
3. Veículos e Equipamentos	R\$ 51.875,95	32,30%
3.1. Caminhão Cesto aéreo 12 metros	R\$ 36.964,97	23,02%
3.1.1. Depreciação	R\$ 8.055,58	5,02%
3.1.2. Remuneração do Capital	R\$ 7.731,22	4,81%
3.1.3. Impostos e Seguros	R\$ 1.355,87	0,84%
3.1.4. Consumos	R\$ 10.387,42	6,47%
3.1.5. Manutenção	R\$ 7.488,00	4,66%
3.1.6. Pneus	R\$ 1.946,88	1,21%
3.2. Guindauto capacidade 6,2tn	R\$ 4.913,39	3,06%
3.2.1. Depreciação	R\$ 1.496,07	0,93%
3.2.2. Remuneração do Capital	R\$ 1.166,59	0,73%
3.2.3. Impostos e Seguros	R\$ 190,40	0,12%
3.2.4. Consumos	R\$ 1.138,72	0,71%
3.2.5. Manutenção	R\$ 720,00	0,45%
3.2.6. Pneus	R\$ 201,60	0,13%
3.3. Veículo de passeio	R\$ 9.997,60	6,23%
3.3.1. Depreciação	R\$ 2.097,87	1,31%
3.3.2. Remuneração do Capital	R\$ 1.635,86	1,02%
3.3.3. Impostos e Seguros	R\$ 619,26	0,39%
3.3.4. Consumos	R\$ 3.158,60	1,97%
3.3.5. Manutenção	R\$ 2.200,00	1,37%
3.3.6. Pneus	R\$ 286,00	0,18%
4. Ferramentas e Materiais de Consumo	R\$ 2.125,00	1,32%
5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI	R\$ 38.179,16	23,77%
PREÇO TOTAL MENSAL	R\$ 160.587,50	100%

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

Quantitativos					
Mão-de-obra				Quantidade	FRAÇÃO
1.1. Eletricista Turno dia				3	INTEGRAL
1.2. Eletricista Turno noite				1	1 SEMANA/MÊS F:0,22
1.3. Motorista Turno Dia				2	INTEGRAL
1.4. Motorista Turno Noite				1	1 SEMANA/MÊS F:0,22
1.5. Eletrotécnico Turno dia				1	INTEGRAL
1.6. Auxiliar de eletricista Turno dia				1	INTEGRAL
1.7. Eng Eletricista				1	0,30
1.8. Eng seg trabalho				1	0,30
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)				11	
Veículos e Equipamentos					
				Quantidade	FRAÇÃO
3.1. Caminhão Cesto aéreo 12 metros				2	INTEGRAL
3.2. Guindauto capacidade 6,2tn				1	1 SEMANA/MÊS F:0,22
3.3. Veículo de passeio				2	INTEGRAL

Fator de utilização (FU)	100%
---------------------------------	-------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

1. Mão-de-obra

1.1. Eletricista Turno dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	2.194,03	2.194,03	
Horas Extras (100%)	hora	28,00	19,95	558,48	
Horas Extras (50%)	hora	65,00	14,96	972,35	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		319,35	319,35	
Adicional de periculosidade	%	30	4.044,21	1.213,26	
Soma				5.257,47	
Encargos Sociais	%	46,32	5.257,47	2.435,26	
Total por Coletor				7.692,74	
Total do Efetivo	homem	3	7.692,74	23.078,21	
Fator de utilização				1,00	23.078,21

1.2. Eletricista Turno noite

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	2.194,03	2.194,03	
Adicional Noturno	horas trabalhadas	160,00			
	hora contabilizada	182,86	1,99	364,72	
Horas Extras (100%)	hora	36,00	19,95	718,05	
Horas Extras Noturnas (100%)	horas trabalhadas	36,00			
	hora contabilizada	41,14	23,93	984,75	
Horas Extras (50%)	hora		14,96	-	
Horas Extras Noturnas (50%)	horas trabalhadas				
	hora contabilizada	-	17,95	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		355,22	355,22	
Adicional de periculosidade	%	30	4.616,77	1.385,03	
Soma				6.001,80	
Encargos Sociais	%	46,32	6.001,80	2.780,03	
Total por Coletor				8.781,83	
Total do Efetivo	homem	1	8.781,83	8.781,83	
Fator de utilização				0,22	1.932,00

*1 semana por mês

1.3. Motorista Turno Dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	1.988,69	1.988,69	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.302,00		
Horas Extras (100%)	hora	36,00	18,08	650,84	
Horas Extras (50%)	hora	88,00	13,56	1.193,21	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		384,69	384,69	
Base de cálculo da Insalubridade		2			
Adicional de periculosidade	%	0	4.217,44	-	
Soma				4.217,44	
Encargos Sociais	%	46,32	4.217,44	1.953,52	
Total por Motorista				6.170,95	
Total do Efetivo	homem	2	6.170,95	12.341,90	
Fator de utilização				1,00	12.341,90

1.4. Motorista Turno Noite

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria (2)	mês	1	1.988,69	1.988,69	
Salário mínimo nacional (1)	mês	1	1.302,00		
Adicional Noturno	horas trabalhadas	160,00			
	hora contabilizada	182,86	1,81	330,59	
Horas Extras (100%)	hora	36,00	18,08	650,84	
Horas Extras Noturnas (100%)	horas trabalhadas	36,00			
	hora contabilizada	41,14	21,69	892,59	
Horas Extras (50%)	hora		13,56	-	
Horas Extras Noturnas (50%)	horas trabalhadas				
	hora contabilizada	-	16,27	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		321,97	321,97	
Base de cálculo da Insalubridade		2			
Adicional de periculosidade	%	0	4.184,68	-	
Soma				4.184,68	
Encargos Sociais	%	46,32	4.184,68	1.938,34	
Total por Motorista				6.123,03	
Total do Efetivo	homem	1	6.123,03	6.123,03	
Fator de utilização				0,22	1.347,07

*1 semana por mês

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de 1.5. Eletrotécnico Turno dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	3.297,33	3.297,33	
Horas Extras (100%)	hora	20,00	29,98	599,51	
Horas Extras (50%)	hora	12,00	22,48	269,78	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		181,34	181,34	
Adicional de periculosidade	%	30	4.347,97	1.304,39	
Soma				5.652,36	
Encargos Sociais	%	46,32	5.652,36	2.618,17	
Total por Coletor				8.270,53	
Total do Efetivo	homem	1	8.270,53	8.270,53	
Fator de utilização				1,00	8.270,53

1.6. Auxiliar de eletricitista Turno dia

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	1.790,76	1.790,76	
Horas Extras (100%)	hora	20,00	16,28	325,59	
Horas Extras (50%)	hora	12,00	12,21	146,52	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		98,49	98,49	
Adicional de periculosidade	%	30	2.361,36	708,41	
Soma				3.069,76	
Encargos Sociais	%	46,32	3.069,76	1.421,91	
Total por Coletor				4.491,68	
Total do Efetivo	homem	1	4.491,68	4.491,68	
Fator de utilização				1,00	4.491,68

1.7. Eng Eletricista

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	8.545,90	8.545,90	
Horas Extras (100%)	hora		77,69	-	
Horas Extras (50%)	hora		58,27	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de periculosidade	%	30	8.545,90	2.563,77	
Soma				11.109,67	
Encargos Sociais	%	46,32	11.109,67	5.146,00	
Total por Coletor				16.255,67	
Total do Efetivo	homem	1	16.255,67	16.255,67	
Fator de utilização				0,30	4.876,70

1.8. Eng seg trabalho

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Piso da categoria	mês	1	8.602,13	8.602,13	
Horas Extras (100%)	hora		78,20	-	
Horas Extras (50%)	hora		58,65	-	
Descanso Semanal Remunerado (DSR) - hora extra	R\$		-	-	
Adicional de periculosidade	%	0	8.602,13	-	
Soma				8.602,13	
Encargos Sociais	%	46,32	8.602,13	3.984,51	
Total por Coletor				12.586,64	
Total do Efetivo	homem	1	12.586,64	12.586,64	
Fator de utilização				0,30	3.775,99

1.9. Vale Transporte

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale Transporte	R\$	1	3,90		
Dias Trabalhados por mês	dia	22			
Servidores	vale	396	1,83	726,16	
					726,16

1.10. Vale-refeição (diário)

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Vale refeição	unidade	1	22,00	22,00	
Dias trabalhados por mês	dia	22			
Total de mão-de-obra (postos de trabalho)	vale	198	18,54	3.671,32	
					3.671,32

Custo Mensal com Mão-de-obra (R\$/mês)	64.511,56
---	------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

2. Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual

2.1. Uniformes e EPIs para Eletricista/eletrotécnico/auxiliar eletricitista

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Capacete Classe B (Risco Elétrico) Com Jugular	Un	12	80,00	6,67	
Óculos De Segurança Escuro Com Estojo	Un	12	65,00	5,42	
Óculos De Segurança Cristalino Com Estojo	Un	12	87,00	7,25	
Calçados De Segurança (Risco Elétrico)	Par	6	132,00	22,00	
Vestimenta Anti-Chama (Calça+Camisa Manga	Un	6	350,00	58,33	
Conjunto Impermeável (Calça E Jaqueta)	Pç	6	150,00	25,00	
Camisetas	Un	4	50,00	12,50	
Luvas De Couro Tipo Vaqueta	Par	4	72,00	18,00	
Luvas De Borracha Classe 0 (Zero) Até 1.000 Volts	Par	4	428,00	107,00	
Luvas De Cobertura	Par	4	45,00	11,25	
Cinto De Segurança Tipo Pára-Quedista	Un	12	415,00	34,58	
Talabarte De Segurança Regulável	Un	12	200,00	16,67	
Trava Quedas	Un	12	128,00	10,67	
Fita De Ancoragem De 1,2m	Cj	12	67,00	5,58	
Mosquetão Oval	Cj	12	35,00	2,92	
Mosquetão Tipo Pêra (Resgate)	Un	12	129,00	10,75	
Linha De Vida 12 Mm De 25 M - Sistema De Resgate Integrado	Un	12	620,00	51,67	
Mangas Isolantes De Borracha, Tipo I Ou II, Classe 2	Par	12	1.000,00	83,33	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1	30,00	30,00	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	100,00	100,00	
Total do Efetivo	homem	6	489,58	2.937,50	
		Fator de utilização		1,00	2.937,50

2.2. Uniformes e EPIs para demais categorias

Discriminação	Unidade	Durabilidade (meses)	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Jaqueta com reflexivo (NBR 15.292)	unidade	12	120,00	10,00	
Calça	unidade	6	90,00	15,00	
Camiseta	unidade	6	50,00	8,33	
Botina de segurança c/ palmilha aço	par	6	65,00	10,83	
Capa de chuva amarela com reflexivo	unidade	4	70,00	17,50	
Protetor solar FPS 30	frasco 120g	1	30,00	30,00	
Higienização de uniformes e EPIs	R\$ mensal	1	100,00	100,00	
Total do Efetivo	homem	5	191,67	958,33	
		Fator de utilização		1,00	958,33
Custo Mensal com Uniformes e EPIs (R\$/mês)					3.895,83

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

3. Veículos e Equipamentos

3.1. Caminhão Cesto aéreo 12 metros

3.1.1. Depreciação

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi com cesto	unidade	1	263.519,33	263.519,33	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	55,68	263.519,33	146.727,56	
Depreciação mensal	mês	60	146.727,56	2.445,46	
Custo de aquisição cesto elevatório	unidade	1	170.510,00	170.510,00	
Vida útil	anos	5			
Idade	anos	0			
Depreciação	%	55,68	170.510,00	94.939,97	
Depreciação mensal	mês	60	94.939,97	1.582,33	
Total por veículo				4.027,79	
Total da frota	unidade	2	4.027,79	8.055,58	
Fator de utilização				1,00	8.055,58

3.1.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	263.519,33	263.519,33	
Taxa de juros anual nominal	%	13,75			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	263.519,33			
Investimento médio total do chassi	R\$	204.828,30			
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		2.346,99	2.346,99	
Custo do cesto	unidade	1	170.510,00	170.510,00	
Taxa de juros anual nominal	%	13,75			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	170.510,00			
Investimento médio total do cesto	R\$	132.534,01			
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		1.518,62	1.518,62	
Total por veículo				3.865,61	
Total da frota	unidade	2	3.865,61	7.731,22	
Fator de utilização				1,00	7.731,22

3.1.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	2,00	2.635,19	5.270,39	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	2,00	2.000,00	4.000,00	
Seguro contra terceiros	unidade	2,00	3.500,00	7.000,00	
Impostos e seguros mensais	mês	12	16.270,39	1.355,87	
Fator de utilização				1,00	1.355,87

3.1.4. Consumos

Quilometragem mensal 6.240

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	4,00	6,530		
Custo mensal com óleo diesel	km	6.240	1,633	10.186,80	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	0,50	25,00		
Custo mensal com óleo do motor	km	6.240	0,013	78,00	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,15	45,00		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	6.240	0,007	42,12	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	0,15	36,00		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	6.240	0,005	33,70	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	0,30	25,00		
Custo mensal com graxa	km	6.240	0,008	46,80	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		1,665		
					10.387,42

3.1.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	6.240	1,20	7.488,00	
					7.488,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de 3.1.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus	unidade	6	1.600,00	9.600,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	2			
Custo de recapagem	unidade	12,00	500,00	6.000,00	
Custo jg. compl. + X recap. / km rodado	km/jogo	50.000	15.600,00	0,31	
Custo mensal com pneus	km	6.240	0,31	1.946,88	
					1.946,88

3.2. Guindauto capacidade 6,2tn

3.2.1. Depreciação

2	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	488.562,14	488.562,14	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	65,18	488.562,14	318.444,80	
Depreciação mensal veículos coletores	mês	60	318.444,80	5.307,41	
Custo de guindauto	unidade	1	137.427,00	137.427,00	
Vida útil do guindauto	anos	5			
Idade	anos	0			
Depreciação	%	65,18	137.427,00	89.574,92	
Depreciação mensal	mês	60	89.574,92	1.492,92	
Total por veículo				6.800,33	
Total da frota	unidade	1	6.800,33	6.800,33	
Fator de utilização				0,22	1.496,07

3.2.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	488.562,14	488.562,14	
Taxa de juros anual nominal	%	13,75			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	488.562,14			
Investimento médio total do chassi	R\$	361.184,22			
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		4.138,57	4.138,57	
Custo do guindauto	unidade	1	137.427,00	137.427,00	
Taxa de juros anual nominal	%	13,75			
Valor do compactador proposto (V0)	R\$	137.427,00			
Investimento médio total do guindauto	R\$	101.597,03			
Remuneração mensal de capital do compactador	R\$		1.164,13	1.164,13	
Total por veículo				5.302,70	
Total da frota	unidade	1	5.302,70	5.302,70	
Fator de utilização				0,22	1.166,59

3.2.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	1,00	4.885,62	4.885,62	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	1,00	2.000,00	2.000,00	
Seguro contra terceiros	unidade	1,00	3.500,00	3.500,00	
Impostos e seguros mensais	mês	12	10.385,62	865,47	
Fator de utilização				0,22	190,40

3.2.4. Consumos

Quilometragem mensal 600

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	3,50	6.530		
Custo mensal com óleo diesel	km	600	1.866	1.119,43	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	0,50	25,00		
Custo mensal com óleo do motor	km	600	0,013	7,50	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,15	45,00		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	600	0,007	4,05	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	0,15	36,00		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	600	0,005	3,24	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	0,30	25,00		
Custo mensal com graxa	km	600	0,008	4,50	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		1,898		
					1.138,72

3.2.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
---------------	---------	------------	----------------	----------	-------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

Custo de manutenção dos caminhões	R\$/km rodado	600	1,20	720,00	
					720,00

3.2.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus xxx/xx Rxx	unidade	6	1.800,00	10.800,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	2			
Custo de recapagem	unidade	12,00	500,00	6.000,00	
Custo jg. compl. + X recap./ km rodado	km/jogo	50.000	16.800,00	0,34	
Custo mensal com pneus	km	600	0,34	201,60	
					201,60

3.3. Veículo de passeio

3.3.1. Depreciação

2	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de aquisição do chassi	unidade	1	96.557,43	96.557,43	
Vida útil do chassi	anos	5			
Idade do veículo	anos	0			
Depreciação do chassi	%	65,18	96.557,43	62.936,13	
Depreciação mensal	mês	60	62.936,13	1.048,94	
Total por veículo				1.048,94	
Total da frota	unidade	2	1.048,94	2.097,87	
				Fator de utilização	1,00
					2.097,87

3.3.2. Remuneração do Capital

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do chassi	unidade	1	96.557,43	96.557,43	
Taxa de juros anual nominal	%	13,75			
Valor do veículo proposto (V0)	R\$	96.557,43			
Investimento médio total do chassi	R\$	71.382,98			
Remuneração mensal de capital do chassi	R\$		817,93	817,93	
Total por veículo				817,93	
Total da frota	unidade	2	817,93	1.635,86	
				Fator de utilização	1,00
					1.635,86

3.3.3. Impostos e Seguros

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
IPVA	unidade	2,00	965,57	1.931,15	
Licenciamento e Seguro obrigatório	unidade	2,00	250,00	500,00	
Seguro contra terceiros	unidade	2,00	2.500,00	5.000,00	
Impostos e seguros mensais	mês	12	7.431,15	619,26	
				Fator de utilização	1,00
					619,26

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

3.3.4. Consumos

Quilometragem mensal 4.400

Discriminação	Unidade	Consumo	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de óleo diesel / km rodado	km/l	7,00	4,800		
Custo mensal com óleo diesel	km	4.400	0,686	3.017,14	
Custo de óleo do motor /1.000 km rodados	l/1.000 km	0,50	25,00		
Custo mensal com óleo do motor	km	4.400	0,013	55,00	
Custo de óleo da transmissão /1.000 km	l/1.000 km	0,15	45,00		
Custo mensal com óleo da transmissão	km	4.400	0,007	29,70	
Custo de óleo hidráulico / 1.000 km	l/1.000 km	0,15	36,00		
Custo mensal com óleo hidráulico	km	4.400	0,005	23,76	
Custo de graxa /1.000 km rodados	kg/1.000 km	0,30	25,00		
Custo mensal com graxa	km	4.400	0,008	33,00	
Custo com consumos/km rodado	R\$/km rodado		0,718		
					3.158,60

3.3.5. Manutenção

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo de manutenção	R\$/km rodado	4.400	0,50	2.200,00	
					2.200,00

3.3.6. Pneus

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Custo do jogo de pneus	unidade	4	650,00	2.600,00	
Número de recapagens por pneu	unidade	0			
Custo de recapagem	unidade	-	-	-	
Custo jg. compl. + X recap./ km rodado	km/jogo	40.000	2.600,00	0,07	
Custo mensal com pneus	km	4.400	0,07	286,00	
					286,00

Custo Mensal com Veículos e Equipamentos (R\$/mês)	51.875,95
---	------------------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM/RS
Secretaria de Obras, Planejamento e Serviços Urbanos

1 OBJETO: Prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de

4. Ferramentas e Materiais de Consumo

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Alicate Bomba D'água De 305 Mm, Isolado Para 1000v, Abertura Total 85mm	Un	1/12	350,00	29,17	
Alicate De Corte Diagonal	Un	1/12	210,00	17,50	
Alicate Volt-Amperímetro - Categoria Iv	Un	1/12	800,00	66,67	
Alicate Universal Isolamento Para 1000v	Un	1/12	100,00	8,33	
Balde De Lona Para Içamento	Un	1/12	46,00	3,83	
Bolsa Para Acondicionar Epis	Un	1/12	100,00	8,33	
Canivete Para Eletricista Com Estojo	Un	1/12	75,00	6,25	
Carretilha Com Gancho E Corda 25m 1/2" P/ 250kg (Roldana De Içamento)	Un	1/12	680,00	56,67	
Chave De Fenda Média Haste De 10 Cm Isolada Para 1000v	Un	1/12	75,00	6,25	
Chave De Fenda Média Haste De 20 Cm Isolada Para 1000v	Un	1/12	120,00	10,00	
Chave De Teste, Isolada Para 1000v	Un	1/6	67,00	11,17	
Chave Estrela 13mm	Un	1/12	65,00	5,42	
Chave Inglesa 12"	Un	1/12	60,00	5,00	
Chave Inglesa 8"	Un	1/12	40,00	3,33	
Escada extensiva 19 degraus de fibra vasada	Un	1/12	800,00	66,67	
Lanterna Para Capacete	Un	1/6	35,00	5,83	
Maleta Para Ferramentas / Bolsa Para Ferramentas	Un	1/12	150,00	12,50	
Marreta De 500g	Un	1/12	45,00	3,75	
Protetor Solar Com Fator De Proteção De No Mínimo 30 Com Repelente Contra Insetos	Un	1	25,00	25,00	
Trena Com 2m	Un	1/12	30,00	2,50	
total efetivo		6	354,17		

2.125,00

Custo Mensal com Ferramentas e Materiais de Consumo (R\$/mês)	2.125,00
--	-----------------

CUSTO TOTAL MENSAL COM DESPESAS OPERACIONAIS (R\$/mês)	122.408,34
---	-------------------

5. Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Discriminação	Unidade	Quantidade	Custo unitário	Subtotal	Total (R\$)
Benefícios e despesas indiretas	%	31,19	122.408,34	38.179,16	
					38.179,16

CUSTO MENSAL COM BDI (R\$/mês)	38.179,16
---------------------------------------	------------------

PREÇO MENSAL TOTAL (R\$/mês)	160.587,50
-------------------------------------	-------------------



VITORIALUZ CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 01.921.499/0001-32

DOC. 04 – ACÓRDÃO 321/2021



Acórdão 00321/2021-4 - 1ª Câmara

Processo: 02885/2017-9

Classificação: Controle Externo - Fiscalização - Representação

UG: PMAV - Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua

Relator: Rodrigo Coelho do Carmo

Representante: KARISTEN COMERCIO E SERVICOS MECANICOS E ELETRICOS LTDA

Responsável: SANTA LOUZADA CAMPOS SANTOS, CARLA ALMEIDA VOLPINI

Terceiro interessado: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DO ESPIRITO SANTO

**CONTROLE EXTERNO – FISCALIZAÇÃO –
REPRESENTAÇÃO – PREFEITURA MUNICIPAL DE
ATÍLIO VIVÁQUA – IRREGULARIDADES NO
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017 –
REJEITAR PRELIMINARES – PROCEDÊNCIA –
ACOLHER RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS –
REJEITAR RAZÕES DE JUSTIFICATIVAS – MULTA
– CIENTIFICAR – ARQUIVAR.**

1. A inserção de cláusulas capazes de restringir a competitividade do certame, estranhas às contidas no art. 30 da Lei 8.666/93, incorre também em violação ao princípio da isonomia.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO:

I - RELATÓRIO

Cuidam os autos de Representação ajuizada nesta Corte de Contas pela empresa Karisten Comércio e Serviços de Mecânica e Elétrica Ltda., em face da Prefeitura

Municipal de Atilio Vivácqua, na pessoa do Sr. Almir Lima Barros, ex-Prefeito Municipal, e da Sra. Santa Louzada Campos Santos, Pregoeira Municipal, suscitando possíveis irregularidades no Edital do Pregão Presencial 18/2017, cujo objeto é a “contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento integrado do sistema de iluminação pública”.

Em síntese, alegou a representante que o edital em destaque estaria eivado de graves ilegalidades, capazes de restringir o caráter competitivo do certame e de dificultar a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, consubstanciadas na exigência indevida dos seguintes itens:

Exigência indevida – inclusão da cláusula 9.1.4 do edital alíneas “e”, “f”, “g” e “i”:

e) e) Relação de no mínimo 04 (quatro) profissionais, membros da Equipe Técnica com a indicação nominal e documental com respectiva qualificação (sendo necessária a comprovação da relação empregatícia com a licitante e sua qualificação), os membros da equipe técnica deverão ter em sua qualificação certificado de NR10, sendo necessária a apresentação do certificado deste para efeito de comprovação;

f) Comprovação de possuir veículo equipado com guindaste com alcance de até 12 (doze) metros de altura, completo, com cesto em fibra e veículo traçado 4x4 equipado com escada giratória com altura até 07 (sete) metros. Essa comprovação será através de documentação atualizada dos veículos em nome da empresa e com respectivas fotos dos veículos adesivados com a logomarca da empresa, para verificação dos equipamentos solicitados;

g) Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo (CRA-ES) com indicação de profissional habilitado que possua vínculo com a licitante;

i) A licitante deverá obrigatoriamente apresentar em seu sistema de comunicação, atendimento por meio de telefonia (0800) e digital (site), para acesso a população deste Município, não gerando aos mesmos quaisquer custos ao solicitarem os serviços de reparos de iluminação pública, sendo obrigatório, quando acessados tais canais, número de protocolo para fins de acompanhamento da solicitação; além da divulgação/publicação destes canais à população. As exigências dispostas poderão ser comprovadas através de declaração (ANEXO 07) informando que já possui os serviços solicitados, inclusive citando-os para conferência.”

Ao final, pleiteia a adoção de medidas cabíveis a esta Corte de Contas.

Recebidos os autos por este Relator, estes foram à unidade técnica para instrução, tendo sido sugerida a determinação de saneamento do feito, uma vez que faltante a prova de existência da pessoa jurídica e comprovação de que os signatários teriam habilitação para representá-la, o que foi acolhido por meio da Decisão Monocrática 605/2017 (evento 07). Na sequência, houve o saneamento da constituição e

representação da empresa por meio da juntada dos documentos contidos nos eventos 11 e 12.

Retornaram os autos à unidade técnica, que elaborou a Manifestação Técnica 1534/2017 (evento 18), que propôs o conhecimento da representação, a conversão do trâmite processual para o rito ordinário e a notificação dos responsáveis para que apresentassem justificativas acerca das irregularidades apontadas na inicial, o que foi acolhido pelo Colegiado da 2ª Câmara, por meio da Decisão 4768/2017 (evento 24).

Após a manifestação das partes notificadas, foi elaborada a Manifestação Técnica 465/2018 (evento 39), que sugeriu a citação dos responsáveis para responderem pelos indícios de irregularidade identificados. No mesmo sentido, foi elaborada Instrução Técnica Inicial 314/2018 (evento 40), acolhida pela Decisão SEGEX 394/2018 (evento 44).

Regularmente citados, os responsáveis compareceram aos autos com suas defesas e documentos (eventos 53/54 e 55/56).

Neste ínterim, a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo (OAB/ES), através da petição intercorrente 1788/2018 (eventos 60 e 61) requereu seu ingresso nos autos como terceiro interessado/assistente simples da Sra. Carla Almeida Volpini, bem como o arquivamento do processo em face desta, ante sua ilegitimidade passiva, tendo sido acolhido o ingresso da OAB/ES, nos termos requeridos (Decisão em Protocolo 437/2018, evento 63).

De volta à unidade técnica, a análise resultou na Instrução Técnica Conclusiva 1731/2020 (evento 64), cuja proposta de encaminhamento se deu nos seguintes termos:

5 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

5.1. Após a análise dos autos que versam sobre as irregularidades constantes na Manifestação Técnica 00465/2018-1, acompanhada da Instrução Técnica Inicial 00314/2018-4, em contraponto com as respectivas justificativas apresentadas pelas defendentes, entende-se que devem ser tomadas as seguintes providências:

5.1.1 Rejeitar as seguintes preliminares arguidas pela defendente Carla Almeida Volpini;

Ausência de competência do Tribunal de Contas, conforme item 2.1;

Ilegitimidade passiva da requerida, conforme item 2.2;

5.1.2 Manter as irregularidades, que tratam das cláusulas restritivas do edital, conforme item 3.1;

Fundamentação Legal: Art. 30 da Lei nº 8666/93

Responsáveis:

- Santa Louzada Campos Santos

Na sequência, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas, que por meio do Parecer 536/2021 (evento 68), da lavra do Procurador Luciano Vieira, anuiu ao entendimento consignado por ocasião da ITC 1731/2020, pugnando, também, pela aplicação de multa às responsáveis e intimação da OAB/ES como terceiro interessado, na qualidade de assistente simples.

Vieram, então, os autos a este Gabinete. É o que importa relatar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1) PRELIMINARMENTE:

II.1.1) Sobre a incompetência deste Tribunal de Contas.

Inicialmente, aduz a Sra. Carla Almeida Volpini a ausência de competência desta Corte de Contas para imputar responsabilização a advogado público por ato no exercício de sua função, ante a limitação constitucional de suas competências, nos termos do artigo 133 da CF/88 e do artigo 2º, §3º da Lei nº 8.906/1995.

Alega, ainda, que o advogado parecerista não poderia ser alcançado pela competência dos Tribunais de Contas, uma vez que esta recairia apenas sobre os responsáveis pelas contas, que seriam, exclusivamente, os ordenadores de despesas, enquanto o parecerista não exerce atos de gestão ou ordena despesa.

A despeito das argumentações lançadas, o que se extrai da análise sistêmica destas torna evidenciado que a responsabilização por tribunais de contas não viola nenhuma prerrogativa da profissão, além de não existir proteção da lei para atos ilegais praticados pelo advogado, o que ganha reforço sob a perspectiva do disposto

no art. 5º da CF/88, ao consignar que ninguém está acima da lei e apesar das liberdades conferidas, nenhum direito é absoluto.

As prerrogativas do advogado são limitadas pela própria lei, conforme o já citado art. 133 da Constituição, cabendo determinar a quem responderá em cada caso. Partindo desse ponto de vista, os atos irregulares ou ilegais necessitam ser separados quanto a sua origem ou tipificação, a fim de que se determine o seu juiz natural.

Nessa linha argumentativa, da Lei 8.906/94 destacam-se alguns trechos, conforme abaixo:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.
§ 3º No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei.
(...)
Art. 32. O advogado é responsável pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa.
Parágrafo único. Em caso de lide temerária, o advogado será solidariamente responsável com seu cliente, desde que coligado com este para lesar a parte contrária, o que será apurado em ação própria.

Ademais, aos Tribunais de Contas cabe a deliberação sobre questões relativas aos recursos públicos e responsabilização de quem pratica atos irregulares, que causem ou possam causar prejuízo ao erário, sem, no entanto, alcançar aspectos particulares de cada profissão, as quais são de responsabilidade dos conselhos federais e regionais de cada profissão, os quais não se sobrepõem hierarquicamente.

As atribuições dos tribunais de contas são definidas no art. 70 da CF/88, que estabelece em seu parágrafo único a relação das pessoas abrangidas por sua atuação:

Art. 70. (...)
Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Da leitura do dispositivo legal, extrai-se a clareza de que a competência dos Tribunais de Contas se restringiria a apenas aos atos do ordenador de despesas, por ser o único a prestar contas. Nesse ponto, cumpre esclarecer que o ato de “prestar contas”, deve ser interpretado em sentido amplo, não se limitando ao documento técnico de natureza contábil denominado “Prestação de Contas”, este sim restrito aos ordenadores de despesas. Diante disso, qualquer profissional que se enquadre na definição do parágrafo único poderá responder perante um tribunal de contas.

A jurisprudência do TCEES é farta em julgados que imputam responsabilidades aos agentes públicos com diferentes cargos e funções, não se fazendo distinção, mas sim respeitando-se a área de atuação e o conhecimento ou atribuição envolvida. Nesse sentido, destacam-se julgados que consignaram o entendimento ora exposto:

ACÓRDÃO TC 1314/2019 – SEGUNDA CÂMARA

Cuidam os presentes autos de auditoria ordinária realizada na Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul, em observância ao Plano de Auditoria Ordinária nº 26/2010 (fls. 01/04), relativo ao exercício de 2009, (...).

(...)II. c) Preliminar: Ilegitimidade passiva ad causam do parecerista jurídico Sr. (...).

(...) No que tange a alegação do responsável, de que falece a este Tribunal competência para julgar atos praticados por advogados públicos, a matéria já está pacificada na jurisprudência deste TCE-ES, como se confere a seguir no trecho do Informativo de Jurisprudência nº 34 deste TCE-ES (...)

(...) Superada a questão da competência desta Corte em responsabilizar advogados públicos, ressalto, que a maioria da doutrina e jurisprudência, principalmente após as manifestações do STF nas decisões MS 24.073-3, MS 24.584 e MS 24.631, convergem para a responsabilização do parecerista jurídico, quando o parecer é de natureza vinculativa e, em se tratando de parecer opinativo, quando há demonstração de erro grosseiro, má-fé ou culpa latu sensu. Todavia, a meu ver se o parecer está devidamente fundamentado e se defende tese jurídica aceitável, com amparo em lição doutrinária ou jurisprudencial, não deve haver responsabilidade do advogado público.

(...) Neste contexto, acompanhando posicionamento técnico e ministerial, rejeito a preliminar apresentada pelo Sr. (...), parecerista jurídico, ressaltando que apreciarei a imputação de responsabilidade a ele imposta quando da análise de mérito do aponte de responsabilidade constante no item 2.3 da Instrução Técnica Conclusiva (Vinculação da receita de impostos à prestação de serviços e liquidação de despesas sem comprovação efetiva da

realização dos serviços).

ACÓRDÃO 1380/2019 – PRIMEIRA CÂMARA

Este processo tem por objeto a fiscalização convertida em Tomada de Contas Especial realizada na Prefeitura Municipal de Vargem Alta, relativa ao exercício de 2013

(...)2.2 Da (im)possibilidade de responsabilização do profissional da área jurídica – suposta inconstitucionalidade e infração ao Regimento Interno do TCEES

(...)2.2.2 Da ausência de responsabilização do parecerista

(...)2.2.3 Impossibilidade de responsabilização do Profissional da Área Jurídica (Assessor Jurídico Municipal) – inconstitucionalidade – ilegalidade – infração ao Regimento Interno do TCEES

(...) os pareceres jurídicos sobre licitações e contratos são obrigatórios, não meramente opinativos, eis que sua análise deve concluir pela aprovação ou rejeição do que se lhe propõe e embora só sejam vinculantes quanto apontem vícios formais ou materiais e opinem pela desaprovação do ato.

Aqueles que opinam pela aprovação, por outro lado, embora não vinculem o administrador, mas se embasam a prática do ato, ocorre uma convergência de entendimentos com compartilhamento de poder decisório entre o administrador e parecerista, pelo que se tornam mutuamente responsáveis pelos danos que possam causar ao erário.

ACÓRDÃO 1276/2019 – PLENÁRIO

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual – PCA de Ordenadores e do Relatório de Auditoria relativos à Câmara Municipal da Serra, exercício de 2012, sob a responsabilidade do Sr (...) – Presidente da Câmara.

Preliminarmente, o Sr (...) – Procurador Geral da Câmara da Serra alegou que o Tribunal de Contas não tem jurisdição sobre os pareceristas jurídicos. O artigo 5º, parágrafo único da Lei Complementar 621/2012 trata do assunto, estabelecendo a abrangência da jurisdição do TCEES (...)

(...) Diante de todo o exposto, deixo de acolher a preliminar de ausência de jurisdição sobre os parecerista jurídicos perante esta Corte de Contas, necessitando sua conduta ser analisada caso a caso, devendo lhes ser imputada penalidade em caso nos quais atuem com comprovação de erro grave ou conduta culposa/dolosa.

Por fim, cabe pontuar que a possibilidade de responsabilização do parecerista não se confunde com cerceamento ou controle indevido, mas o seu inverso significaria tratar o advogado como uma profissão cujos atos administrativos, que causem ou possam causar prejuízo ao erário, não pudessem ser submetidos ao controle.

Diante do exposto, acompanhando os entendimentos técnico e ministerial, indefiro a preliminar suscitada.

II.1.2) Sobre a alegada ilegitimidade passiva.

Em continuidade à preliminar supra suscitada, a Sra. Carla Almeida Volpini sustenta sua ilegitimidade passiva para compor a demanda, também sob o argumento de que o advogado parecerista não poderia ser alcançado pela competência dos Tribunais de Contas, uma vez que esta recairia apenas sobre os responsáveis pelas contas, que seriam, exclusivamente, os ordenadores de despesas, enquanto o parecerista não exerce atos de gestão ou ordena despesa, o que, aliás, fugiria às suas atribuições.

Alega, ainda, que a atuação do advogado público no âmbito licitatório é limitada, de caráter auxiliar e não vinculante à autoridade administrativa, razão que afastaria sua eventual responsabilização, bem como que a análise do procedimento administrativo se ampara na verdade formal dos documentos e manifestações contidos nos autos, os quais gozam de presunção de veracidade pelos princípios da moralidade administrativa, legalidade, boa-fé e confiança.

A unidade técnica avaliou que a atribuição do advogado parecerista no ambiente preparatório da licitação, diferente do argumentado, deveria se consubstanciar em análise jurídica dos documentos, com clareza e objetividade, além de estar fundamentada na doutrina, jurisprudência e legislação sobre o tema. A despeito da reconhecida autonomia funcional do parecerista, esta deve se socorrer em doutrina e jurisprudência pertinentes ao caso.

A imprescindibilidade do parecer técnico ou jurídico sobre os procedimentos licitatórios está consignada no art. 38 da Lei 8.666/93 e visa estabelecer um filtro de legalidade nos atos até então praticados, como um controle voltado para os aspectos legais envolvidos, ainda que distinto do controle interno.

Nesse sentido, o argumento de que o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração, não se mostra suficiente para afastar a possibilidade de responsabilização do parecerista.

Corroborando o entendimento exposto, traz-se trecho do festejado Marçal Justen Filho na obra “Comentários à lei de licitações e contratos administrativos”¹, em que conclui:

‘Ao examinar e aprovar os atos da licitação, a assessoria jurídica assume responsabilidade pessoal e solidária pelo que foi praticado. Ou seja, a manifestação acerca da validade do edital e dos instrumentos de contratação associa o emitente do parecer ao autor dos atos. Há dever de ofício de manifestar-se pela invalidade, quando os atos contenham defeitos. Não é possível os integrantes da assessoria jurídica pretenderem escapar aos efeitos da responsabilização pessoal quando tiverem atuado defeituosamente no cumprimento de seus deveres: se havia defeito jurídico, tinham o dever de apontá-lo.

A afirmativa se mantém inclusive em face de questões duvidosas ou controvertidas. Havendo discordância doutrinária ou jurisprudencial acerca de certos temas, a assessoria jurídica tem o dever de consignar essas variações, para possibilitar às autoridades executivas pleno conhecimento dos riscos de determinadas decisões. Mas, se há duas teses jurídicas igualmente defensáveis, a opção por uma delas não pode acarretar punição.’ De fato, divergência de interpretação normativa nunca poderá ser motivo para responsabilização de quem quer que seja. Mas cumpre ao assessor jurídico – esse é o seu papel, aliás – apontar para a autoridade que decidirá os possíveis caminhos existentes e, sobretudo, a ela mostrar o grau de vulnerabilidade das teses existentes.

Ademais, no que se refere ao entendimento invocado do STF, no sentido de que o parecer jurídico não é ato administrativo, tem-se que o julgado data de 2007, e não exprime o entendimento majoritário da Corte Suprema sobre o tema, que ainda é indefinido, tal como se evidencia no MS 35196 AgR / DF - AG.REG., quando em Mandado de Segurança, de 2019, o Relator Ministro Luiz Fux se manifestou em sentido oposto:

Julgamento: 12/11/2019

Órgão Julgador: Primeira Turma

Ementa

EMENTA: AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. RESPONSABILIDADE. PARECER TÉCNICO-JURÍDICO. ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8666/93. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO, ERRO GRAVE INESCUSÁVEL OU CULPA EM SENTIDO AMPLO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. O advogado é passível de responsabilização “pelos atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa”, consoante os artigos 133 da Constituição Federal e o artigo 32 da Lei 8.906/94, que estabelece os limites à inviolabilidade funcional. 2. O erro grave ou grosseiro do parecerista público define a extensão da responsabilidade, porquanto uma interpretação ampliativa desses conceitos pode gerar indevidamente

¹ São Paulo: Dialética, 2005 p. 379.

a responsabilidade solidária do profissional pelas decisões gerenciais ou políticas do administrador público. 3. A responsabilidade do parecerista deve ser proporcional ao seu efetivo poder de decisão na formação do ato administrativo, porquanto a assessoria jurídica da Administração, em razão do caráter eminentemente técnico-jurídico da função, dispõe das minutas tão somente no formato que lhes são demandadas pelo administrador. 4. A diligência exigível do parecerista no enquadramento da teoria da imprevisão, para fins de revisão contratual, pressupõe a configuração da imprevisibilidade da causa ou dos efeitos, assim como da excepcional onerosidade para a execução do ajustado, vez que o artigo 65, II, d, da Lei 8.666/1993 autoriza a revisão do contrato quando houver risco econômico anormal, tal qual aquele decorrente de fatos “previsíveis porém de consequências incalculáveis”. 5. Os preços, posto variáveis, podem ensejar a revisão contratual in concreto, na hipótese de serem inevitáveis, excepcionais e não precificadas no contrato, ainda que haja cláusula de reajuste motivada por inflação ou outro índice, razão pela qual não se configura a responsabilização do parecerista tão somente por não ter feito referência expressa à cláusula contratual. 6. A diversidade de interpretações possíveis diante de um mesmo quadro fundamenta a garantia constitucional da inviolabilidade do advogado, que assegura ao parecerista a liberdade de se manifestar com base em outras fontes e argumentos jurídicos, ainda que prevaleça no âmbito do órgão de controle entendimento diverso. 7. In casu, a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, lastreando-se em mera interpretação distinta dos fatos, deixou de comprovar o erro inescusável pelo agravado para sustentar a irregularidade do aditivo, que somente restaria configurado caso houvesse expressa previsão contratual do fato ensejador da revisão, na extensão devida, a afastar a imprevisão inerente à álea extraordinária. 8. O agravado no caso sub examine efetivamente justificou a adequação jurídica do aditivo contratual à norma aplicável, ao assentar que o equilíbrio econômico da mencionada obra civil foi afetado por distorções dos preços dos serviços e aos insumos básicos, logo após explicitar que se tratava de hipóteses motivadas por fatos supervenientes, de ordem natural, legal ou econômica e de trazer referências doutrinárias específicas de atos imprevisíveis ou oscilação dos preços da economia. 9. Agravo interno a que NEGOU PROVIMENTO por manifesta improcedência.

A jurisprudência do TCEES na atualidade, alinhada com o posicionamento do TCU², se consolidada no sentido de permitir responsabilização do advogado, conforme exemplificado nos seguintes julgados:

ACÓRDÃO TC-224/2014 – PLENÁRIO

² ACÓRDÃO TCU 1058/2020 – PLENÁRIO.

(...)

15. Esta Corte de Contas tem entendimento firmado de que o parecerista jurídico pode ser responsabilizado solidariamente com os gestores por irregularidades ou prejuízo ao erário, nos casos de erro grosseiro ou atuação culposa, quando seu parecer for obrigatório - quando há expressa exigência legal - ou mesmo opinativo (...)

Cuidam os autos de Agravo interposto pelo ministério Público Especial de Contas, por intermédio do Procurador Especial de Contas, (...), em face da Decisão TC-1906/2013 proferida nos autos do processo TC nº 5135/2012, que afastou da relação processual os procuradores jurídicos do município de São Gabriel da Palha (...).

(...) Quanto ao mérito recursal, a 8ª Controladoria Técnica afirma a existência da possibilidade de responsabilização dos procuradores municipais no âmbito deste Tribunal de Contas aliada aos indícios de irregularidades apontados na ITI 221/2013, **per si, se revelam suficientes para que os mesmos integrem a relação processual que se pretende formar nos autos do processo TC nº 5135/2012. Isto porque, a definição da responsabilidade de cada um dos procuradores do município de São Gabriel da Palha só poderá ser averiguada no caso concreto.**

(...) seguindo entendimento já exarado por esta Corte de Contas com base no artigo 56, III da Lei Complementar nº 621/2012 e no inciso X, do artigo 71 da Constituição Estadual, entendo que a decisão deva ser reformulada para que se proceda a citação dos pareceristas.

ACÓRDÃO TC- 934/2018 – PLENÁRIO

Versam os presentes autos sobre Auditoria Ordinária realizada na Prefeitura Municipal de Guarapari, em cumprimento a determinação estabelecida no Plano de Auditoria nº 58/2012, relativa aos atos de gestão praticados no exercício de 2011, sob a responsabilidade do Sr. (...) – Prefeito Municipal.

Da alegação de ilegitimidade dos assessores jurídicos

Os Assessores Jurídicos do Município, em síntese, ventitam em alegação de defesa, a impossibilidade de responderem na condição de advogado público por suas manifestações nos pareceres jurídicos facultativo e obrigatórios, conforme posicionamento adotado pelo Supremo Federal.

Assim como no caso do prefeito, analisado no tópico anterior, aqui também, no caso de assessores da procuradoria, passarei a analisar a conduta de cada assessor em cada irregularidade isoladamente, e, diante do caso concreto, será aferido a presença de erro grave, conduta culposa ou dolosa, o nexo causal e eventual dano ao erário.

Sendo assim, acolho a manifestação adotada por nossa área técnica e adoto-a como razão de decidir para afastar a preliminar suscitada pelos assessores jurídicos, Srs. (...), (...), (...) e (...), conforme fundamento extraído na Instrução Técnica Conclusiva – ITC 4000/2017, que reproduzo abaixo:

2.2- (...), assessor da procuradoria

O agente apresenta preliminares de mérito (ilegitimidade do assessor), onde alega:

a) Que emitia pareceres endereçados ao Procurador Geral, sendo deste a responsabilidade pelos pareceres emitidos em nome da procuradoria de município, que deve acolher ou não a manifestação emitida pelos assessores, de forma que “o eventual parecer não é ato perfeito, completo e acabado sem o albergue da concordância do procurador”. Em tal situação, o Tribunal de Contas não poderia responsabilizar o assessor jurídico isoladamente, mas trazendo o Procurador Geral como responsável solidário, o que não foi feito;

b) Que o parecer emitido é atribuição do órgão (assessoria jurídica), não do assessor jurídico, não cabendo a este responder por suas manifestações;

c) Que o parecer emitido não é vinculativo, mas obrigatório e, considerando o posicionamento do STF (MS 24631), “o advogado público não responde por perda e danos nos casos de elaboração de pareceres jurídicos facultativos e obrigatórios”.

Quanto a alegação de que “o eventual parecer [do agente] não é ato perfeito, completo e acabado sem o albergue da concordância do procurador”, o agente não apresenta fundamentação legal (legislação municipal, estadual ou federal), jurisprudencial ou mesmo doutrinária que corroborem tal assertiva. Ademais, não haveria razoabilidade caso o Procurador Geral tivesse a função de, além daquelas outras normalmente atinentes ao cargo (defender judicialmente o

município), analisar e avaliar todos os pareceres emitidos pelos seus auxiliares (assessores jurídicos), convalidando-os ou não. Se assim fosse, parece evidente que os assessores jurídicos seriam supérfluos e inalcançáveis, mesmo que viessem a cometer erros crassos.

Quanto a alegação de que “o parecer emitido é atribuição do órgão”, não do agente que o emite, da mesma forma o agente não apresenta fundamentação legal (legislação municipal, estadual ou federal) ou jurisprudencial que corroborem tal assertiva.

(...) Assim, o agente (...), ao apresentar e assinar texto que não foi por ele produzido, pertencente a outra pessoa (Ronny Charles Lopes de Torres, Advogado da União), não alcança êxito em argumentar a favor tese posta (de que o parecer emitido é atribuição do órgão, não do parecerista), pois:

a) Não há qualquer outra referência jurisprudencial ou doutrinária, inclusive no texto original, em favor de tal tese;

b) Mesmo antes do texto publicado (2008), a jurisprudência pacífica dos Tribunais de Contas, em especial do TCU, é no sentido de responsabilizar, dada as circunstâncias, os pareceristas, técnicos ou jurídicos, e não ao órgão a que pertencem. Neste sentido, o artigo “Responsabilidade do parecerista jurídico pela regularidade da despesa pública” (de Luanna de Freitas Queiroz Jardim) publicado na Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (abril/maio/junho 2011, v. 79, n.º 2, ano XXIX, pg. 291-3076), já abordando o assunto tratado no âmbito do STF, demonstra ser pacífica a tese de responsabilização: (...)

(...) Destarte, uma vez existente o nexo de causalidade entre a posição adotada em parecer desarrazoado, omissivo ou tendencioso e ilegalidades ou irregularidades nos gastos públicos, para o TCU, estará caracterizada a responsabilidade do parecerista.

Para melhor elucidar o entendimento exposto pela Corte de Contas Federal, vejamos algumas decisões em que o tema é abordado:

[...] na esfera da responsabilidade pela regularidade da gestão, é fundamental aquilatar a existência do liame ou nexo de causalidade existente entre os fundamentos de um parecer desarrazoado, omissivo ou tendencioso, com implicações no controle das ações dos gestores

da despesa pública que tenha concorrido para a possibilidade ou concretização do dano ao Erário. Sempre que o parecer jurídico pugnar para o cometimento de ato danoso ao Erário ou com grave ofensa à ordem jurídica, figurando com relevância causal para a prática do ato, estará o autor do parecer alcançado pela jurisdição do TCU [...] (Acórdão n. 462/2003).

(...) Vide ainda:

Acórdão TCU 899/12

(...)

Quanto a alegação de que “o parecer emitido não é vinculativo, mas obrigatório e, considerando o posicionamento do STF (MS 24631), “o advogado público não responde por perda e danos nos casos de elaboração de pareceres jurídicos facultativos e obrigatórios”, mais uma vez não cabe razão ao agente.

A análise anterior já deixava evidente que as decisões do STF consolidavam a posição do TCU no sentido da responsabilização do parecerista em qualquer caso, desde que presentes erro crasso.

Entretanto, para clarear a discussão, sintetizando todo o exposto acerca dos mandados de segurança MS 24.073-DF; MS 24.584; MS 24.631-DF e 27.867-DF pode-se afirmar, no que tange à responsabilidade do parecerista jurídico, que: (...)

(...) De qualquer forma, foi reafirmado no Acórdão de julgamento do Agravo Regimental no MS 27.867 que “[...] é possível a responsabilização de advogado público pela emissão de parecer de natureza opinativa nas situações em que restar configurada a existência de culpa ou erro grosseiro”.

Assim, por todo o exposto, não devem ser acolhidas as preliminares de mérito apresentadas pelo agente.

(grifos nossos)

Assim, considerando os precedentes desta Corte de Contas, me alinho aos entendimentos técnico e ministerial para indeferir a preliminar de ilegitimidade passiva.

II.2) MÉRITO:

Superadas as questões preliminares, adentra-se na análise meritória, que versa sobre o apontamento da irregularidade que se exprime na “inclusão em edital licitatório de condições restritivas”, em que teriam sido exigidos itens, a título de qualificação técnica, já na fase de habilitação dos licitantes que só caberiam no momento da contratação.

São as exigências postas na cláusula 9.1.4 do Edital do Pregão 18/2017:

- e) e) Relação de no mínimo 04 (quatro) profissionais, membros da Equipe Técnica com a indicação nominal e documental com respectiva qualificação (sendo necessária a comprovação da relação empregatícia com a licitante e sua qualificação), os membros da equipe técnica deverão ter em sua qualificação certificado de NR10, sendo necessária a apresentação do certificado deste para efeito de comprovação;
- f) Comprovação de possuir veículo equipado com guindaste com alcance de até 12 (doze) metros de altura, completo, com cesto em fibra e veículo tracionado 4x4 equipado com escada giratória com altura até 07 (sete) metros. Essa comprovação será através de documentação atualizada dos veículos em nome da empresa e com respectivas fotos dos veículos adesivados com a logomarca da empresa, para verificação dos equipamentos solicitados;
- g) Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo (CRA-ES) com indicação de profissional habilitado que possua vínculo com a licitante;
- i) A licitante deverá obrigatoriamente apresentar em seu sistema de comunicação, atendimento por meio de telefonia (0800) e digital (site), para acesso a população deste Município, não gerando aos mesmos quaisquer custos ao solicitarem os serviços de reparos de iluminação pública, sendo obrigatório, quando acessados tais canais, número de protocolo para fins de acompanhamento da solicitação; além da divulgação/publicação destes canais à população. As exigências dispostas poderão ser comprovadas através de declaração (ANEXO 07) informando que já possui os serviços solicitados, inclusive citando-os para conferência;”

A título de contexto fático, a ora representante, na ocasião licitante, apresentou impugnação ao edital em destaque. Em resposta, a Secretaria Municipal de

Administração e Finanças indeferiu o pleito, sob o argumento de que o princípio da ampla concorrência deve ser analisado em conjunto com outros, tais como os da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência nas contratações, o que afastaria a alegada ilegalidade decorrente da existência de cláusula restritiva da competitividade, eis que se encontravam na seara da conveniência e oportunidade administrativa na busca pela melhor proposta e a satisfação do interesse público.

Em sede de justificativas, os responsáveis aduziram, em resumo, que as exigências representadas estariam elencadas entre aquelas previstas no art. 30 da Lei 8.666/93, bem como que estas constituiriam uma declaração de ordem formal para o momento da habilitação, sendo que os documentos seriam exigidos apenas na contratação e, embora haja o reconhecimento de que deveria haver maior clareza quanto ao momento da apresentação dos documentos, e, ainda, que o tempo verbal utilizado na redação do edital é o futuro, quando ocorreriam as exigências. Por fim, suscitou-se a ausência de restrição à competitividade, uma vez que teriam participado do certame 3 empresas e sido obtido desconto de 30%.

Neste ponto, cabe pontuar que a Lei nº 8.666/93 veda expressamente, em seu art. 3º, § 1º, inciso I, a inclusão de cláusulas restritivas à competitividade nos editais licitatórios:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - **admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

(grifo nosso)

O edital deve contemplar todos os aspectos desejados pela administração, com clareza e objetividade, na busca pelo interesse público, sob pena de não apenas não

o alcançar, mas também de afastar potenciais interessados e, não raro, direcionar o deslinde do certame. Nessa linha, a unidade técnica sabiamente consignou que “um edital que resguarde em demasia o interesse público pode limitar o número de empresas participantes. Ou pior, pessoas que por ventura tenham interesse diferentes do mero atendimento da administração pública, podem cercar o edital de cláusulas restritivas para supostamente buscando proteger a administração pública direcionar licitações.”

Com o propósito de evitar esses vícios o legislador fez constar nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/93 a definição das exigências cabíveis ou não para a fase de habilitação, com especial destaque para o art. 30, em cujo teor há o elenco de limitações de documentos passíveis de exigência para a qualificação técnica do licitante.

Nessa toada, esta Corte de Contas já sedimentou seu entendimento:

ACÓRDÃO TC 1430/2019 – PRIMEIRA CÂMARA

Tratam os autos de REPRESENTAÇÃO, protocolizada em 28/12/2015, por cidadão (identidade preservada), noticiando violações ao Princípio da Economicidade em contratações realizadas pela Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy com a empresa W. N. Ribeiro ME, nos anos de 2013, 2014 e 2015, ocorridas, respectivamente, no Pregão Presencial 63/2013 (Contrato PMPK 106/2013), Pregão Eletrônico 42/2014 (Contrato PMPK 1/2015) e Pregão Eletrônico 47/2015 (Contrato PMPK 272/2015), tendo por objeto a contratação de empresa especializada em salvamento marítimo e monitoramento de orla.

(...) 2.3. **Exigências editalícias restritivas à competitividade**

(...)Inicialmente, cabe destacar que uma cláusula editalícia pode revelar-se restritiva por 02 (dois) motivos: a) a cláusula pode ser considerada restritiva em si mesma, quando a exigência não guardar pertinência (adequação) com a execução do objeto a ser contratado ou quando, embora guarde pertinência, ferir a razoabilidade, por ausência de necessidade; b) a cláusula pode ser considerada restritiva em razão do momento no qual é cobrado o cumprimento da exigência, isto é, como condição de habilitação dos licitantes, durante a licitação, ao invés de ser cobrado somente do vencedor, após o término da licitação.

No caso da primeira exigência, referente à necessidade de registro da empresa na Capitania dos Portos e autorização para atuar no litoral kennedense, contida nas 03 (três) licitações, ela se revela restritiva em si mesma, independente do momento em que for cobrado seu cumprimento, pois não guarda pertinência (adequação) com a execução do objeto licitado.

(...) É evidente a restritividade dessa cláusula, uma vez que, para cumprir o objeto contratual, seria necessário apenas que a empresa disponibilizasse trabalhadores com habilitação para pilotar jet sky, emitida pela Capitania dos Portos.

Não era necessário que a empresa licitante demonstrasse ser habilitada para formar pilotos de jet skis e de embarcações náuticas, pois o objetivo da contratação não é ministrar aulas práticas de veículos marítimos, mas apenas utilizar alguns trabalhadores já habilitados a pilotar jet sky para auxiliar no salvamento de vidas. Tanto é assim que, fazendo-se um paralelo com os veículos terrestres locados, não foi exigido que a empresa licitante apresentasse registro no

DETRAN como autoescola autorizada a ministrar aulas práticas de direção no Município de Presidente Kennedy.

Ressalta-se que o exercício da atividade de salvamento de vidas não depende de registro na Capitania dos Portos para seu desempenho, tanto que a empresa (...) não apresentou registro na Capitania dos Portos quanto ao exercício desta atividade. A desnecessidade da exigência em análise trata-se de entendimento que o gestor médio pode facilmente deduzir, independentemente de conhecimento técnico específico.

Além disso, verifica-se que em duas licitações (Pregão 63/2013 – Cláusula 9.1.3.c; Pregão 47/2015 – Cláusula 12.10.3.c), tal exigência também se revelou **restritiva** em razão do momento em que foi cobrado seu cumprimento, como condição de habilitação dos licitantes. Conforme entendimento pacífico da jurisprudência do TCU, na fase de habilitação, são vedadas exigências que acarretem ônus excessivo aos licitantes, devendo ser cobradas apenas do vencedor do certame, com o intuito de ampliar a competitividade (...). A análise da restritividade da cláusula sob este aspecto (momento da cobrança) envolve conhecimento eminentemente técnicojurídico.

(grifo nosso)

Da análise dos argumentos de defesa, apontou a unidade técnica a presença no edital representado de exigências que restringem o caráter competitivo da licitação, acerca dos quais passa-se a análise de forma pormenorizada:

1. Relação de no mínimo 04 (quatro) profissionais, membros da Equipe Técnica com a indicação nominal e documental com respectiva qualificação (sendo necessária a comprovação da relação empregatícia com a licitante e sua qualificação), os membros da equipe técnica deverão ter em sua qualificação certificado de NR10, sendo necessária a apresentação do certificado deste para efeito de comprovação; (alínea “e” do item 9.1.4 do edital).

Acerca deste item, a Sra. Carla Almeida Volpini, procuradora municipal, assim se manifestou:

Neste item, a Procuradora Municipal interpretou e ainda interpreta a redação de forma diversa da representante (fundamento em impugnação administrativa em sede Municipal), considerando que exigência acima é razoável e proporcional a contratação do objeto em tela. Não encontra-se explícito a exigência de vínculo de emprego (regido pela CLT), sendo que, interpretando de forma sistemática com a alínea anterior, “d”, a comprovação poderá ser feita através de anotação na CTPS, contrato social e ainda **CONTRATO DE TRABALHO, ou seja**, esse último abrange toda e qualquer relação de trabalho e não só relação de emprego, logo, um conceito mais amplo, incluindo trabalho temporário e suas espécies (empregados terceirizados - lei 6019/79). Transcrevo a alínea “d” para melhor compreensão:

“d) A comprovação exigida para o profissional **poderá** ser feita com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que

conste o profissional como sócio, ou de um **contrato de trabalho** entre o Engenheiro Eletricista e a licitante, **DO MESMO MODO PARA OS MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA"**,

Quanto ao momento de apresentação dos documentos para comprovação de eventuais requisitos não ficou claro para esta Procuradora Municipal que essa documentação - contrato de trabalho - seria exigida no momento da sessão, considerando o tempo verbal empregado pela pregoeira **"poderá ser feita" (ou seja, em momento futuro, no momento da assinatura do contrato).**

Portanto, a comprovação também deve ser feita no momento da habilitação, mas o que se deve observar é documento que será exigido no momento da sessão e na contratação.

(...)

LISTADOS NA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
SERIAM COBRADOS NO MOMENTO DA SESSÃO O QUE SERIA
IMPOSSÍVEL A AVERIGUAÇÃO POR PARTE DA PROCURADORIA, QUE
NÃO PARTICIPA DA COMISSÃO E NEM POSSUI ATRIBUIÇÃO PARA
TANTO - ACRESCENTANDO OS OUTROS FUNDAMENTOS
SUPRACITADOS: O TEMPO VERBAL UTILIZADO PELA PREGOEIRA
(FUTURO) E PELA DECLARAÇÃO FORMAL DE FLS. 32, QUE
ACOMPANHA O EDITAL NO MOMENTO DA ANÁLISE. NÃO
CONSIDERANDO PREJUDICIAL AS OUTRAS PREVISÕES
DOCUMENTAIS. SENDO NECESSÁRIA PARA COBRANÇA ULTERIOR,
NA CONTRATAÇÃO.

Já a Sra. Santa Louzada Campos Santos, alegou:

DA ALÍNEA "e"

Importa frisar que não se trata a exigência de vínculo empregatício, mas sim, relação empregatícia, o que pode ser comprovado por contrato ou até mesmo a declaração da concorrente empregatícia **e por fim, por não ter havido de fato prejuízo à competição em face à participação de 03 (três) empresas no certame e deságio próximo de 30% do valor previsto.**

Diante dos argumentos de defesa, a unidade técnica aduziu que a redação do item não comporta o entendimento de que não havia exigência de vínculo empregatício, regido pela CLT. Além disso, alegou que a interpretação não se mostra razoável, considerando que uma mera declaração não parece atender à exigência posta, o que ganha reforço quando da verificação da decisão no recurso administrativo interposto em face da decisão que indeferiu a impugnação ao edital, em que foi novamente provocada a se manifestar sobre as irregularidades e o fez de forma genérica.

A despeito da alegação de que teria a representante não participado do certame por vontade própria, o que se vê demonstrado nos autos é que a representante teve a

oportunidade de concorrer cerceada pela mencionada resposta ao recurso, que se quer discutiu os argumentos da representante, obstando sua participação.

Destaca-se, ademais, que é vedado exigir, para comprovação da qualificação técnica, que o profissional pertença ao quadro permanente da empresa, sendo suficiente a comprovação da existência de um contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum. (Acórdãos 2.297/2005; 597/2007; 2.553/2007; 141/2008; 381/2009 e 1.041/2010, todos do Plenário; Acórdão nº 2.297/2005 – Plenário, todos do TCU).

Para colocar uma pá de cal na questão, traz-se o entendimento desta Corte de Contas pela desnecessidade da exigência:

ACÓRDÃO – 220/2018 – PLENÁRIO

Trata o presente processo de Representação, apresentada pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Espírito Santo – SENGE/ES, informando sobre a presença de supostas irregularidades no edital de Concorrência Pública nº 006/2013, cujo objeto seria a contratação de empresa para execução de serviços de elaboração de projetos e execução de serviços de engenharia, com pedido de medida cautelar.

(...) 3.1.2 – Exigências **restritivas** para a habilitação técnica e proposta técnica de licitantes (item 2.2 da MT 1019/2017-2)

Apurou a equipe técnica que constava no edital a exigência, na qualificação técnica, de que o Coordenador de Projetos da empresa vencedora deveria contar com no mínimo 08 (oito) anos de formação, e para fins de pontuação da proposta constava a exigência de que este profissional fosse contratado pela empresa licitante antes do resultado final do certame, uma vez que vedava a participação de profissional autônomo.

Assim como no item anterior, os responsáveis se preocuparam apenas em se eximirem de sua responsabilização, declarado que toda a responsabilidade deveria recair sobre a equipe da CPL, o que mais uma vez discordo.

Quanto ao mérito dos apontamentos entendo que ambas as exigências são **restritivas**, pois para fins de qualificação técnica profissional o Tribunal de Contas da União – TCU **já pacificou que não há necessidade de vínculo permanente entre a empresa e o responsável técnico no momento da apresentação da proposta, bastado que o profissional apresente Declaração se comprometendo a integrar o quadro da licitante em caso de eventual contratação.**

(...) **Quanto ao tema exigência de tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços, o TCU elaborou o Informativo de Licitações e Contratos nº 99/2012, condenando tal prática. Observe:**

A exigência de comprovação, para fim de qualificação técnica, de tempo de experiência dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante afronta o disposto no art. 30, § 5º, da Lei nº 8.666/93.

(...) Reiterou entendimento da unidade técnica no sentido de não ser adequado exigir tempo de experiência dos profissionais que prestarão os serviços, “uma vez que a empresa deve demonstrar aptidão técnica para executar o contrato, sem que isso esteja necessariamente ligado, por ocasião da licitação, à experiência do quadro de pessoal utilizado em avenças anteriores”.

(...) Diante de todo o exposto até aqui e levando em conta também que os responsáveis se limitaram a imputar a responsabilidade apenas a CPL, acompanho o entendimento técnico e ministerial relativo a esta irregularidade

(grifo nosso)

Assim, em adesão aos posicionamentos técnico e ministerial, mantenho a irregularidade.

2. Comprovação de possuir veículo equipado com guindaste com alcance de até 12 (doze) metros de altura, completo, com cesto em fibra e veículo tracionado 4x4 equipado com escada giratória com altura até 07 (sete) metros. Essa comprovação será através de documentação atualizada dos veículos em nome da empresa e com respectivas fotos dos veículos adesivados com a logomarca da empresa, para verificação dos equipamentos solicitados; (alínea "F" do item 9.1.4 do edital).

Em sede de justificativa, a Sra. Carla Almeida Volpini, procuradora municipal, alegou:

Mais uma vez considere e considero a previsão do respectivo item razoável, considerando as peculiaridades do objeto do contratado. Nada mais racional que um veículo tracionado 4x4 com guindaste com alcance até 12 metros de altura, para realização de podas de árvores - essas, acredito, que podem ser ainda maiores, e, para manutenção de postes, considerando às áreas rurais e urbanas. **Cabe frisar que esses aspectos são mais técnicos do que jurídicos, sendo que essas necessidades foram confirmadas pela pregoeira e secretário responsável pela pasta, em resposta a impugnação em sede da administração pública municipal.**

Convém notar, que em momento algum a pregoeira trouxe a necessidade de propriedade como mencionou a representante em impugnação em impugnação ao Edital. A empresa pode possuir um bem, não tendo a propriedade desse, podendo apenas ter locado ou até terceirizado.

Por fim, quanto ao momento, mais uma vez levanto a redação trazida pela pregoeira, "a comprovação **será** através de documentação", concluindo está Procuradora, diante do tempo verbal, que a comprovação tenha ou deveria ter sido no momento da contratação, confirmando essa interpretação a **própria redação final da alínea supracitada - "para verificação dos equipamentos solicitados"** - , ou seja, a verificação dos equipamentos são realizadas no momento da contratação, não há como se verificar a existência de um veículo, com todas suas características na sessão, considerando que a verificação deve ser pessoal, para evitar surpresas com eventuais deteriorações do veículo. Portanto, o setor responsável pela assinatura do contrato e o fiscal do contrato são responsáveis por essa verificação e exigência de tal documentação.

Por fim, esta servidora não tem como fiscalizar a eventual cobrança dos documentos e o momento que de fato ocorreu, acrescentando não ser sua atribuição para tanto.

(grifo nosso)

Em suas alegações de defesa, a Sra. Santa Louzada Campos Santos, pregoeira, sustentou:

DA ALÍNEA "f"

Quanto à exigência contida alínea "f" insta destacar que não se fala em propriedade e sim em posse, a alínea assim descreve:

Primeiramente insta esclarecer que não há exigência da propriedade, mas sim da posse de tais bens.

licitação **e por fim, por não ter havido de fato prejuízo à competição em face à participação de três empresas no certame e deságio próximo de 30% do valor previsto.**

Neste item, o corpo técnico arguiu que os argumentos de defesa não encontram amparo legal, uma vez que, assim como no item anterior, buscam minimizar a redação da exigência, de forma a atenuá-la, pautando-se na interpretação de que não seria necessário ter a propriedade do veículo, mas apenas sua posse, bem como que a comprovação seria exigida apenas por ocasião da contratação.

Ocorre que a redação do item não confere margem interpretativa para a conclusão sobre o momento da apresentação do documento, que deveria ser instruído com fotos que evidenciassem os adesivos colados no veículo com a logomarca da empresa.

Embora o item carregue um aspecto mais técnico do que jurídico, por ocasião da impugnação ou do recurso administrativo apresentados em face do edital, a questão poderia ter sido avaliada sob este prisma, o que não ocorreu.

Nesse caminho é a jurisprudência deste Tribunal sobre a exigência em tela:

ACÓRDÃO TC-1233/2017 – SEGUNDA CÂMARA

Tratam os autos de Representação, apoiada em documentação encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, 2ª vara criminal, por ordem do senhor Desembargador (...), solicitando informações sobre a existência de auditoria e/ou análise realizada nos processos licitatórios do Município de Jaguaré/ES, consubstanciados na Tomada de Preços nº 001/2011; no Pregão Presencial nº 006/2011 e nos contratos com a (...), com objetivo de proceder à instrução do Inquérito Policial nº 0001278-23.2012.8.08.000-100120012784 e em caso negativo, a disponibilização de equipe técnica para auxiliar na análise dos referidos certames (Ofício nº 1308/2012 - fls. 01).

(...) Item 2.6 - EXIGÊNCIA INJUSTIFICADA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA QUE **POSSUÍSSE** NO MÍNIMO 15 ONIBUS COM NO MÍNIMO 16 ANOS DE USO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2011 (...).

(...) Neste item a área técnica desta Corte constatou que o edital do Pregão Presencial 006/2011 **previu cláusula restritiva, exigindo-se dos participantes a condição de que somente poderia participar da licitação pessoa jurídica e que essa pessoa jurídica deveria possuir no mínimo 15 ônibus e que os mesmos não tivessem mais de 16 anos de uso.**

E mais, disse os técnicos deste Tribunal que além dessa exigência não estar prevista na legislação em vigor; não houve por parte dos responsáveis as devidas motivações e justificativas para serem estabelecidas, o que resultou na restrição da competição no referido certame.

(...) De acordo com o dispositivo transcrito, qualquer cláusula que venha a restringir a licitação deve ser tecnicamente justificada ou prevista em lei.

Em outras palavras, a inclusão de cláusula que restringe a competitividade (contratação de pessoa jurídica que **possua** no mínimo 15 ônibus com no máximo 16 anos de uso) sem a apresentação de justificativa técnica, representa restrição da competitividade, conforme demonstrado pela ITC 1432/2015-8 (...).

(...) Dessa forma, resta claro que a exigência editalícia em comento afetou a competitividade do certame.

(...) A Manifestação Técnica de Defesa 01133/2017-5 entende que “não tendo a defesa apresentado os critérios técnicos que embasaram a exigência de contratação de pessoa jurídica possuidora de 15 **veículos** com no máximo 16 anos de uso”, reitera o posicionamento adotado pela Instrução Técnica Conclusiva ITC 1432/2015-8.

Ante o exposto, acolho a manifestação conclusiva da área técnica desta Corte, pormenorizando as responsabilidades e condutas de cada responsável.

(grifo nosso)

Dessa forma, me filio aos entendimentos técnico e ministerial no sentido de manter a irregularidade.

3. Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo (CRA-ES) com indicação de profissional habilitado que possua vínculo com a licitante; (alínea “g” do item 9.1.4 do edital).

Em sua defesa, a Sra. Carla Almeida Volpini, parecerista, argumentou:

ALÍNEA “G”

g) Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo (CRA-ES) com indicação de profissional habilitado que possua vínculo com a licitante;

Essa previsão editalícia se faz necessária em razão de inúmeras recomendações encaminhadas a essa Administração Pública Municipal pelo Ministério Público Estadual, considerando que estas empresas contratadas para manutenção de iluminação pública, também prestam serviços de gestão de pessoal, considerando a existência de equipe técnica que deverão estar a sua disposição ou em caso de eventual terceirização (recomendações em anexo).

Já a Sra. Santa Louzada Campos Santos, alegou sobre o item:

g) Certificado de Registro da empresa junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo (CRA-ES) com indicação de profissional habilitado que possua vínculo com a licitante;"

A exigência de Certificado de Registro junto ao Conselho Regional de Administração do Estado do Espírito Santo - CRA-ES, mostra-se legalmente plausível, ademais o Município de Atílio Vivacqua, tem sido frequentemente notificado pelo Ministério Público Estadual, que exige que sejam cumpridos os comandos dispostos na lei 4769/65 e Decreto 61934/67 especialmente no art. 51 deste último quanto à exigência de comprovação de regularidade junto ao Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA-ES, onde consta a seguinte recomendação:

"Que em seus procedimentos licitatórios ou contratações diretas, as prefeituras deverão observar a exigência de registro das empresas/responsáveis técnicos, no CRA- ES para prestação de serviços de administração, bem como, dos respectivos atestados de capacidade técnica, e/ou acervo técnico, e nos casos em que a licitante estiver impedida de exigir a certificação do atestado de capacidade técnica do CRA em seu edital, que a regularização ocorra no ato da assinatura do contrato, sendo os principais serviços de administração requeridos pela administração pública, os organização e realização de Concurso Público, gestão de pessoas na terceirização de serviços, - Locação de mão de obra em qualquer ramo de atividade (limpeza, conservação, vigilância, pessoal administrativo, **entre** outros), e organização e realização de eventos." (doc. Anexo)

A exigência de registro no Conselho Regional de Administração – CRA é compreendida como aceitável quando a atividade precípua da empresa for condizente com o controle do conselho de classe.

Aduz-se que “a jurisprudência do TCU se consolidou no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação” (Acórdão nº 2.769/2014, Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas).

Nas circunstâncias descritas nos autos, verifica-se que não é objeto do certame atividade primária que seja típica de um Administrador e que justifique a inserção da exigência das empresas licitantes terem em seus quadros profissional com registro no órgão de classe – CRA, restando caracterizada como ilegal a inserção de cláusula nesse sentido, vez que a atividade básica em questão que determina em qual conselho profissional deve se vincular.

Outro não tem sido o entendimento desta Corte de Contas, tal como se verifica a seguir:

ACÓRDÃO 728/2019 –PRIMEIRA CÂMARA

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento ao Plano e Programa de Fiscalização 48/2014 (fls. 01-04) na Prefeitura de Jaguaré referente ao exercício de 2013, sob responsabilidade do senhor (...) – Prefeito Municipal. (...)2.6. Inclusão De Exigências **Restritivas** À Competitividade - Pregão Presencial 27/13 – Processo 119.609/13 (item 2.2.1, da ITI 1085/2014)

No item 7.2.3, “e”, “f”, “g”, do Edital de Pregão 27/2013, foi exigido dos licitantes, como requisito de qualificação, que tivessem registro no Conselho Regional de Administração. O objeto do Pregão consistia em serviços de manutenção em máquinas pesadas diversas.

O Conselho Regional de Administração volta-se à fiscalização das atividades de administração de pessoas, recursos, etc., enfim atividades que não estão diretamente ligadas à manutenção de máquinas. Desse modo, a inscrição em referida entidade não é elemento indispensável para a prestação do serviço pretendido, motivo pelo qual a exigência se revela inadequada e potencialmente **restritiva** à competitividade.

(...) Por fim, cabe ressaltar que há manifestações deste TCE-ES no sentido de que o registro no **CRA** somente pode ser exigido se o objeto da licitação envolver atividade de administração como atividade primária. Nesse sentido, apontam-se os acórdãos 978 e 979, ambos de 2014. Conquanto em ambos a irregularidade tenha sido afastada (por outro motivo), ficou claro na fundamentação do acórdão que o “registro no **CRA** somente seria obrigatório quando o objeto a ser contratado for decorrente da atividade básica e não em relação s atividades secundárias”. Ambos acórdãos tratam de serviços de transporte escolar, no entanto, a ratio da decisão aplica-se ao caso ora em exame, qual seja, exigir-se registro no conselho de administração apenas quando o objeto do contrato (a atividade básica) for relacionado à administração.

Portanto, opina-se pela manutenção da irregularidade em face de (...) e (...), conforme condutas e nexos causais descritos na ITI 1085/2014.

Pelo exposto, considerando que não restou demonstrado pelos responsáveis que o objeto licitado está submetido à atividade finalística fiscalizada pelo CRA, compreendo que a exigência confere caráter restritivo ao certame, e alinhado com os posicionamentos técnico e ministerial, mantenho a irregularidade.

4. A licitante deverá obrigatoriamente apresentar em seu sistema de comunicação, atendimento por meio de telefonia (0800) e digital (site), para acesso a população deste Município, não gerando aos mesmos quaisquer custos ao solicitarem os serviços de reparos de iluminação pública, sendo obrigatório, quando acessados tais canais, número de protocolo para fins de acompanhamento da solicitação; além da divulgação/publicação destes canais à população. As exigências dispostas poderão ser comprovadas através de declaração (ANEXO 07) informando que já possui os

serviços solicitados, inclusive citando-os para conferência; (alínea "g" do item 9.1.4 do edital).

Quanto a este item, a Sra. Carla Almeida Volpini, ora parecerista, alegou:

Quanto a este item, a representante em impugnação em sede da Administração Pública Municipal mencionou que na declaração (anexo 7) deveria constar a redação "**terá** atendimento por meio de telefone (0800)". No entanto, qual a diferença entre "**deverá** ter em seu sistema atendimento de 0800"? Conforme previsto no edital. Não vi qualquer diferença, apenas, e mais uma vez, questão redacional, a troca de um verbo no futuro para outro também no futuro.

DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, INCOERENTE SERIA OPORTUNIZAR A CONCORRÊNCIA ENTRE LICITANTES INCAPAZES, TÉCNICA OU FINANCEIRAMENTE, DE OFERECER À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA O OBJETO DO CERTAME. EM OUTRAS PALAVRAS, SERIA PROCEDIMENTALIZAR UM INEXORÁVEL PREJUÍZO AO ERÁRIO.

É FUNDAMENTAL CONSIDERARMOS QUE PARTICIPARAM DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 3 EMPRESAS, SAINDO COMO VENCEDORA A EMPRESA CRISTAL ELÉTRICA EIRELLI-E P. TENDO OFERTADO O MENOR PREÇO, NO VALOR R\$ 106.800,00 (CENTO E SEIS MIL E OITOCENTOS REAIS), COMPROVANDO

Por fim, **solicito**, sendo a *interpretação desse Egrégio Tribunal*, quanto a localização dos documentos de qualificação técnica a serem cobrados em fase de contratação, diversa dessa Procuradoria Municipal, ou seja, junto com os requisitos materiais da qualificação, **recomendações na edição do Edital, em especial a pregoeira e comissão de licitação, responsáveis pela sua edição e por presidir a sessão de julgamento, tornando esse o mais claro possível, para melhor compreensão dessa Procuradoria e licitantes, considerando que esta servidora não participa e nem inclui em suas atribuições a participação da sessão, para que de fato certifique a corretas exigências de eventuais documentos (seja a declaração formal de cumprimento das exigências habilitatórias e os documentos habilitatórios em fase de contratação).**

Por sua vez, as justificativas da Sra. Santa Louzada Campos Santos foram nos seguintes termos:

ALÍNEA "i"

A exigência contida na alínea "i" é plenamente cabível e nada exagerada conforme se denota dos inúmeros editais que trata do assunto, segundo seu texto, necessário à empresa concorrente apresentar serviço 'de ligação, gratuita e site para reclamações dos usuários do sistema:

"i) A licitante deverá obrigatoriamente apresentar em seu sistema de comunicação, atendimento por meio de telefonia (0800) e digital (site), para acesso a população deste Município, não gerando aos mesmos quaisquer custos ao solicitarem os serviços de reparos de iluminação pública, sendo obrigatório, quando acessados tais canais, número de protocolo para fins de acompanhamento da solicitação; além da divulgação/publicação destes canais à população. As exigências dispostas poderão ser comprovadas através de declaração (ANEXO 07) informando que já possui os serviços solicitados, inclusive citando-os para conferência;"

Embora as defesas se limitem a afirmar a legalidade e razoabilidade da exigência, aqui, também, nota-se que o edital não deixa claro o momento em que as licitantes deverão comprovar que possuem sistema de atendimento de telefonia (0800) e digital para acesso dos munícipes. Ao contrário, do edital compreende-se que seria para fins de habilitação, caracterizando, assim, condição restritiva.

Dito isto, neste é o sentido da jurisprudência deste Tribunal sobre a exigência em situação análoga a destes autos:

ACÓRDÃO TC-1460/2017-PLENÁRIO

Trata o presente processo de Representação com pedido liminar, em face da Prefeitura Municipal de Aracruz, apresentada por (...) – Vereador da

Câmara Municipal de Aracruz, relatando irregularidades no processo de licitação na modalidade Pregão nº 155/2013, (...)

2. Restrições à competitividade – “licitação casada” de combustível com “quarteirização” da contratação de sistema de controle de frota.

Foi apontada a conduta dos responsáveis em aprovar a abertura de procedimento licitatório para licitação de combustível automotivo com embutida prestação de serviços de controle de frota, em desacordo com a legislação.

Os responsáveis apresentaram como justificativas que o posto de combustíveis não fará o controle da frota, sendo apenas responsável pelo controle de venda e da distribuição de combustível. Afirmaram que os **veículos** e motoristas serão fiscalizados pela municipalidade e não pelo posto, que o edital apenas exige da empresa informações quanto ao **veículo** abastecido, a quantidade de combustível, quilometragem do **veículo** e o motorista que procedeu o abastecimento.

O Edital inseriu cláusula que inviabiliza o objeto da licitação tendo em vista à exigência de que a vencedora do certame disponibilize sistema informatizado de controle de frota, ou seja, um posto que não tenha o referido sistema teria que contratar uma empresa especializada para tanto, e a cláusula sétima em seu item 7.1 veda a subcontratação por parte da vencedora da licitação.

Entendo assim que o edital **possui** vício, haja vista que para se alcançar o objetivo é necessário que a empresa vencedora subcontrate um serviço de controle de frota e o próprio edital proíbe.

Já em relação à contratação conjunta de fornecimento de combustível com serviços de controle de frotas, o sistema não restringe a competitividade da licitação, já que conforme o argumentado anteriormente, os documentos de fls. 105-107 comprovam que sete dos postos de combustíveis localizados a uma distância de 5 Km da sede do município, apenas um não **possui** tal sistema e o próprio edital prevê o prazo de trinta dias para o vencedor do certame providenciar tal serviço.

Assim sendo, com relação à contratação conjunta de fornecimento de combustível com serviços de controle de frotas, acompanho o entendimento da equipe técnica e do Ministério Público de Contas e entendo que não há restrição a competitividade.

Contudo, não é possível verificar o nexo causal entre os fatos analisados e a conduta imputada aos responsáveis citados através da Decisão Monocrática 123/2014, já que a irregularidade refere-se à inclusão de exigência **restritiva** e a conduta imputada aos responsáveis foi aprovar a

abertura de procedimento licitatório, razão pela qual afasto a responsabilidade dos Srs. (...).

Como medida razoável, acompanho o entendimento técnico no sentido de que é suficiente determinar a Prefeitura de Aracruz que se abstenha de, nas próximas contratações, lançar mão de cláusulas que possam restringir a competitividade ou até mesmo inviabilizar o certame, notadamente confeccionar edital com cláusulas incongruentes.

Por fim, resta evidenciada a irregularidade e, acompanhando os entendimentos técnico e ministerial, a mantenho.

i) Conclusão.

Posto isso, cabe ponderar que os documentos exigidos pelo art. 30 da Lei n. 8.666/93, além de garantirem que a empresa possua condições de executar o objeto, mediante a comprovação de experiência e que conta com profissionais qualificados (por meio de atestados de capacidade técnica e registro nos órgão competentes), assegura a própria lisura da licitação, garantindo a “observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos” (art. 3º da Lei 8.666).

Diante dos elementos postos, resta cabalmente evidenciada nos autos e devidamente abordada nas peças técnicas a violação ao art. 30 da Lei 8.666/93, mediante a inserção de cláusulas no edital de licitação que tem o condão de restringir a participação de empresas no certame e direcionar do resultado deste.

Tal como ressaltou a unidade técnica, amparada em jurisprudências do egrégio Tribunal de Contas da União e desta Corte de Contas, referido preceptivo legal não autoriza a exigência na fase de habilitação de comprovação de vínculo funcional, de propriedade de veículos, inscrição em conselho profissional que não tem competência para fiscalização da atividade fim exercida pelas empresas fornecedoras dos serviços licitados e propriedade/posse prévia de sistema de comunicação.

ii) Sobre a responsabilização:

No que toca à responsabilização dos agentes envolvidos, torna-se relevante pontuar a respeito das atribuições do pregoeiro e do parecerista, que apesar de distintas, são passíveis de serem responsabilizados.

Entre as funções destinadas ao pregoeiro não se encontra a atuação na fase interna do certame, mas apenas na fase externa, na forma estabelecida no art. 6º, XVI c/c art. 51, ambos da Lei 8.666/93, de forma que não lhe cabe, a princípio, responsabilização pela elaboração do edital, ressalvando-se a análise do caso concreto.

Nesse sentido, são oportunas as lições de Jair Eduardo Santana³ que bem explica o papel do pregoeiro neste segmento:

“(…), relativamente ao edital, a competência do pregoeiro é mais de intérprete, na medida em que as suas atribuições pertinentes - ou legais - são de decisão e resposta a impugnações e esclarecimentos, bem assim de recebimento, exame, exercício de retratação e decisão de recursos”.

A despeito disso, competiu à pregoeira a elaboração do edital, conforme se extrai do processo administrativo (evento 32) a prática do ato, de forma que, na hipótese em questão, não é possível utilizar a escusa para afastar a responsabilização da pregoeira.

Não fosse isso, a conduta da pregoeira, quando do julgamento do recurso administrativo interposto pela ora representante em face do edital --- suscitando a presença de vícios capazes de restringir o seu caráter competitivo, em que, sem o devido enfrentamento das questões postas e sem ouvir a Procuradoria Municipal ---, deliberou pelo seu pronto indeferimento, sob a alegação de que as cláusulas seriam legais e se encontravam cobertas pela discricionariedade administrativa, convalidou

³ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.

os vícios apontados, o que, embora não atraia à pregoeira a responsabilidade exclusiva pela ilegalidade, é suficiente para esta sobre ela recaia.

Já acerca da atuação do parecerista nos procedimentos licitatórios, extrai-se do art. 38 da Lei 8.666 que nos autos do processo administrativo das contratações públicas serão entranhados, oportunamente, entre outros atos administrativos e documentos, os pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade.

O parecer jurídico é obrigatório, então, nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação e para o exame e aprovação de minutas de editais, contratos, acordos, convênios e outros ajustes. Pode, ainda, ser solicitada à assessoria manifestação sobre temas jurídicos relacionados à licitação, tanto nas fases interna e externa do procedimento como, também, na fase de execução contratual.

Essa atuação, portanto, tem o condão de assegurar a legalidade dos atos praticados, seja na fase interna, externa ou de execução contratual.

Na espécie, verifica-se que os pareceres jurídicos emitidos nos autos pela procuradora municipal, Sra. Carla Almeida Volpini, deixaram de avaliar os aspectos ora suscitados no bojo da argumentação até aqui exposta, contudo, entendo que não resta comprovada a presença dos elementos essenciais à sua responsabilização, a saber, dolo, má-fé, erro grosseiro ou inescusável, razão pela qual a afasto.

Nessa toada, acompanhando o posicionamento técnico e em parte o opinamento ministerial, entendo pela caracterização da irregularidade, haja vista que as exigências contidas no edital em comento ofendem os princípios da isonomia e restringem a competitividade, embora não tenha restado evidenciado prejuízo em razão desta, atribuindo responsabilização à Sra. Santa Louzada Campos Santos, pregoeira municipal, afastando, entretanto, a responsabilização da Sra. Carla Almeida Volpini, parecerista.

III – CONCLUSÃO

Por todo o exposto, **acolhendo o entendimento técnico e em parte o posicionamento ministerial**, VOTO para que seja adotada a seguinte deliberação que ora submeto à apreciação.

RODRIGO COELHO DO CARMO
Conselheiro Relator

1. ACÓRDÃO TC-321/2021-4

Vistos, relatados e discutidos os autos, **ACORDAM** os Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1.1. CONHECER a presente Representação, uma vez que presentes os requisitos de admissibilidade;

1.2. REJEITAR as preliminares de ausência de competência do Tribunal de Contas e de ilegitimidade passiva suscitadas pela Sra. Carla Almeida Volpini, nos termos deste voto;

1.3. JULGAR PROCEDENTE a Representação, nos termos do art. 178 do RITCEES;

1.4. ACOLHER as razões de justificativas da Sra. Carla Almeida Volpini (Procuradora Municipal), em relação ao cometimento da irregularidade disposta no item no item 3.1 da ITC 1731/2020, pelas razões descritas;

1.5. REJEITAR as razões de justificativas da Sra. Santa Louzada Campos Santos (Pregoeira Municipal), em razão do cometimento da irregularidade disposta no item 3.1 da ITC 1731/2020, aplicando-lhe **multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais)**, nos termos do artigo 135, inciso II da Lei Complementar Estadual nº 621/2012⁴, pelas razões descritas;

1.6. CIENTIFICAR os interessados do teor da presente decisão;

⁴ Art. 135. O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), ou valor equivalente em outra moeda que venha a ser adotada como moeda nacional, aos responsáveis por:
II - prática de ato ou omissão, com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

1.7. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 26/03/2021 – 14^a Sessão Ordinária da 1^a CÂMARA

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente) e Rodrigo Coelho do Carmo (relator).

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (em substituição).

5. Fica o responsável obrigado a comprovar perante o Tribunal o recolhimento do débito e/ou da multa aplicada, no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação deste Acórdão, nos termos do art. 454, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal. Quando cabível recurso, os prazos para interposição encontram-se previstos no Título VIII do mesmo diploma normativo.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

Relator

CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA (em substituição)

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretária das Sessões